

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANA MARIA LEITE DE BARROS

**A CIDADE SOB O OLHAR DA PERIFERIA: ASPECTOS DO COTIDIANO
DOS MORADORES DO MORRO DOS ALAGOANOS**

VITÓRIA
2010

ANA MARIA LEITE DE BARROS

**A CIDADE SOB O OLHAR DA PERIFERIA: ASPECTOS DO COTIDIANO
DOS MORADORES DO MORRO DOS ALAGOANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Luiz Zanotelli

VITÓRIA
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

B277c Barros, Ana Maria Leite de, 1979-
A cidade sob o olhar da periferia : aspectos do cotidiano dos moradores do Morro dos Alagoanos / Ana Maria Leite de Barros. – 2010.
97 f. : il.

Orientador: Cláudio Luiz Zanotelli.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Urbanização. 2. Periferias. 3. Assentamentos humanos. 4. Bairros. 5. Morro dos Alagoanos (Vitória, ES). I. Zanotelli, Cláudio Luiz, 1959-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

**“A CIDADE SOB O OLHAR DA PERIFERIA:
ASPECTOS DO COTIDIANO DOS MORADORES
DO MORRO DOS ALAGOANOS”**

Ana Maria Leite de Barros

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

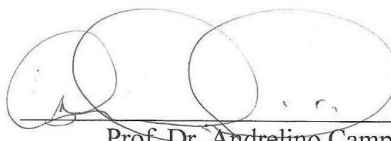
Aprovada em 07 de Dezembro de 2010 por:



Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli – Orientador - UFES



Prof.^a Dr.^a Eneida Maria Souza Mendonça – UFES



Prof. Dr. Andreino Campos – UERJ/UFF

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, meus agradecimentos vão aos moradores do Morro dos Alagoanos, principalmente aos que me receberam em suas casas e se dispuseram a gastar seu tempo para conversar comigo e contar as histórias de suas vidas. Embora, todos tenham sido de igual importância, alguns eu preciso nomear: Cláudia, Andrea, senhor Raimundo e Regina – muito obrigada por me ajudar a tornar possível este trabalho.

Ao professor Claudio Zanotelli, por ter aceitado o desafio de me orientar neste trabalho e, principalmente, por não ter desistido quando eu mesma estive tão perto de fazê-lo.

À Laura, por ter estado sempre presente e por não me deixar desistir.

Ao Thiony e à Kamyille, ‘minha família capixaba’, amigos queridos que ajudaram a transformar esta terra no meu lar.

Ao Fundo Municipal de Ciência e Tecnologia – FACITEC – da Prefeitura Municipal de Vitória, por ter concedido o financiamento para que eu pudesse realizar este trabalho. Obrigada também ao Gandhi e à dona Gláucia por terem me ajudado com a documentação para consegui-lo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, especialmente aos professores que, de alguma forma, me acompanharam mais de perto neste período: Eneida, Aurélia, Gisele e Ana Lucy. Agradeço também à Isadora, pela amizade, pelo carinho e por sempre estar disponível para nos ajudar.

Aos colegas da turma de 2008, principalmente aos queridos amigos: Camila, Flávio, Raquel, Thalís e Caus. Obrigada pelos momentos memoráveis que compartilhamos nesse tempo.

Muito obrigada também aos meninos, Antonio, Kaio, Jonivani e Pablo, que me auxiliaram em diversos momentos da realização deste trabalho na elaboração dos mapas.

À Camilla e à Soraia: obrigada pela companhia nos trabalhos de campos.

Às funcionárias do CMEI Sinclair Phillips: Angela, Eliete e Andrea.

Contar é muito, muito difícil. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balancê, de se remexerem nos lugares.

João Guimarães Rosa – Grande Sertão:
Veredas

RESUMO

Este trabalho procura entender alguns aspectos do Morro dos Alagoanos, comunidade que pertence ao bairro Caratoíra (Vitória/ES), sobretudo no que se refere à sua inserção na cidade enquanto espaço de moradia. Inicialmente é discutida a importância da dimensão alcançada pela urbanização no mundo contemporâneo, como forma de compreender, inserido no processo de expansão urbana da cidade de Vitória, a forma como se deu o surgimento e o posterior adensamento da ocupação que se tornou a comunidade do Morro dos Alagoanos. A prioridade, no entanto, é dada à discussão relativa à urbanização que aconteceu informalmente, buscando primeiramente contextualizar esse processo no Brasil e, em um segundo momento, na cidade de Vitória, pois a formação da ocupação que resultou na comunidade do Morro dos Alagoanos, está inserido no processo que levou à criação da periferia da cidade de Vitória a partir de espaços residenciais constituídos informalmente.

Em um segundo momento, se procede ao esclarecimento da escolha de um bairro como recorte espacial para o desenvolvimento da pesquisa, pois longe de ser apenas uma dentre as muitas subdivisões que compõem a cidade, é o lugar no qual se estabelecem de forma mais direta, as relações entre o habitante, o local de moradia e a cidade. Para isso, são também discutidos alguns conceitos chaves para a compreensão das relações cotidianas dos habitantes do bairro com seu local de moradia.

A terceira parte do trabalho se ocupa fundamentalmente da comunidade do Morro dos Alagoanos, buscando construir a trajetória histórica de sua formação, a situação atual da comunidade, principalmente no que se refere às relações que os moradores estabelecem cotidianamente entre si e com o lugar, que se evidencia em uma comunidade complexa, vivenciada e pensada a partir de múltiplas formas, na alegria e na fadiga da vida cotidiana de seus moradores, bem como na reflexão sobre o seu lugar na cidade.

Palavras-chave: urbanização, periferia, assentamentos informais, bairro, lugar, Morro dos Alagoanos.

ABSTRACT

This work looks forward to understand some aspects of Morro dos Alagoanos, community which belongs to Caratoíra neighborhood (Vitória/ES), especially regarding its insertion in the city as a living space. Initially is discussed the importance of the scale achieved by the urbanization in the contemporary world, as a way to understand, how Morro dos Alagoanos was born and its occupation consolidates, inserted in the urban expansion process of Vitória city. However, the priority is the discussion related to the informal urbanization, first contextualizing this process in Brazil and after in the Vitória city, because the starting of the occupation which formed Morro dos Alagoanos is inserted in the process that resulted in the creation of the Vitória suburb from residential spaces constituted informally.

In a second step, the work proceeds clarifying the choice of a neighborhood as a spatial cutoff for the research development, since it is not only one of the subdivisions which compose the city, but it is the place in which the relations between inhabitants, living place and the city, are established in a more direct way. For this purpose are also discussed some key concepts to comprehend everyday relations of the neighborhood inhabitants with its living place.

Third part of the work takes care fundamentally of the Morro dos Alagoanos community, seeking to build the historical path of its formation, the current status of the community, especially regarding to the relations that the residents establishes everyday among themselves and with the place, which is more evident in a complex community, experienced and considered from many different forms, in the joy and in the fatigue of everyday life of its residents as well as in its reflection on their place in the city.

Key words: urbanization, suburbs, informal settlements, neighborhood, place, Morro dos Alagoanos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Caratoíra em Vitória	15
Figura 2: O Morro dos Alagoanos e seus vizinhos	16
Figura 3: Evolução da Mancha Urbana – Vitória/ES	38
Figura 4: Mapa da Situação Fundiária de Vitória	42
Figura 5: A região de São Pedro no início da ocupação	44
Figura 6: Rua Colatino Barroso	57
Figura 7: Quintal com várias residências precárias no Morro dos Alagoanos	58
Figura 8: Detalhe da fachada de residência precária no morro dos Alagoanos	58
Figura 9: Residência em área de risco geológico na área conhecida como Barreira.....	64
Figura 10: Residências no Morro dos Alagoanos	64
Figura 11: Barraco localizado na Barreira	66
Figura 12: Residência precária localizada próxima ao campo de futebol	67
Figura 13: Ligação ilegal na rede de energia elétrica	68

LISTA DE SIGLAS

CIODES – Centro

E.C. Alagoano – Esporte Clube Alagoano

FAESA – Faculdades Integradas Espírito Santo

Femusquim – Festival de Música de Botequim

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNFPA – Fundo das Nações Unidas para a População

UN-HABITAT – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Objetivos	18
Metodologia	19
1 – CONSIDERAÇÕES SOBRE A INFORMALIDADE URBANA NO BRASIL E EM VITÓRIA.....	23
1.1 Reflexões sobre o urbano	23
1.2 Assentamentos Informais, Aglomerados Subnormais, Favelas.....	26
1.3 A Escalada dos Assentamentos Informais no Brasil	29
1.4 A Informalidade da Terra Urbana em Vitória.....	35
2 – O BAIRRO: LUGAR DE REALIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA	47
3 – A COMUNIDADE DO MORRO DOS ALAGOANOS	56
3.1 Histórico e situação da ocupação.....	59
3.2 Elias (e Scotson) no morro.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA	94
ANEXO 2 – CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS.....	95
ANEXO 3 – AS POLIGONAIS DO PROJETO TERRA.....	96
ANEXO 4 – DADOS DE CRIMINALIDADE (2008, 2009 E 1º SEMESTRE DE 2010)	97
ANEXO 5 – REGIÃO 2: BAIROS (LEI 6077/03) E COMUNIDADES	98
ANEXO 6 – MAPA DE CARATOÍRA/MORRO DOS ALAGOANOS.....	99

INTRODUÇÃO

"Great men get great praise; little men, nothing," J. P. Martin.
In: A Young Patriot: The American Revolution As Experienced By One Boy

Imaginemos um cenário: uma cidade grande, diversa e desigual como tantas outras. Nela a vida fervilha em uma infinidade de pessoas, homens, mulheres e crianças, cujos atos a transformam continuamente, mantendo a sua dinamicidade, seja em pequenos atos cotidianos, como o ir à feira ou à igreja, seja em ações grandiosas, como os operários que com seu trabalho, constroem obras monumentais dando a ela novas feições.

Nessa miríade de possibilidades, escolhamos um lugar qualquer: uma avenida importante, uma das principais vias de circulação da cidade, pela qual certamente passam todos os dias, centenas, talvez mesmo milhares, de pessoas. Em um ponto dessa avenida, do lado cuja pista leva à porção norte da cidade, há um ponto de ônibus, que todos os dias, pelo menos nos dias úteis, especialmente no fim da tarde, está lotado por crianças saindo da escola, mães que acompanham seus filhos, trabalhadores que retornam para casa, entre tantas outras situações possíveis. Não é um ponto de ônibus qualquer, pois há tantos outros ao longo da mesma avenida e todos repletos de passageiros esperando seus ônibus. Este ponto de ônibus específico está em frente a uma escadaria que dá acesso a um morro.

É impossível perceber no semblante cansado dos cidadãos à espera de ônibus se conseguem ver o morro que se ergue do outro lado da avenida. Talvez o cansaço as impeça de ver outra coisa que não seja a imagem de seu ônibus chegando, ou talvez, já o viram tanto que não conseguem mais estranhá-lo, mas talvez ainda não o estranhem por que vivem em lugares não tão diferentes daquele morro em frente. Morro esse em que, do sopé ao topo, se encontram casas em quase toda a sua extensão, algumas delas em lugares inimagináveis. E, do mesmo modo como nos espantamos quando vemos pela primeira vez uma imagem qualquer das pirâmides do Egito e nos perguntamos como foi que os operários conseguiram empilhar tão habilmente aquelas inúmeras pedras até chegar àquelas construções perfeitas que desafiam o tempo e a nossa imaginação sem todo o aparato tecnológico que dispomos hoje em dia, também nos perguntamos como é que os moradores daquele morro conseguiram levar o material de construção para erguer as suas casas,

algumas das quais parecem estar eternamente em construção, quando o único acesso aparente ao alto do morro é uma escadaria. “Não é possível que não haja outro acesso” – podemos pensar – “certamente, em sua outra vertente, deve haver, se não uma rua pavimentada em boas condições, ao menos uma viela que permitam, pelo menos a veículos menores, ascender à parte mais alta do morro”.

Na escadaria, o fluxo é constante: no fim da tarde crianças de volta da escola acompanhadas ou não de suas mães ou de outro adulto qualquer, senhoras carregando suas sacolas de compras, trabalhadores retornando ou indo para o trabalho, muitos com suas bicicletas no ombro. Pelo jeito, não deve haver outro acesso porque por dias e dias a fio, o fluxo de pessoas é o mesmo ou talvez até haja, mas a escadaria deve servir também para encurtar a distância que precisam percorrer todos os dias.

Num dia qualquer, ao pé da escadaria, há um amontoado de areia e uma pilha de tijolos tomando toda a estreita calçada, motivo de reclamações de muitos dos que passam por ali, pois precisam andar num pedacinho de uma avenida muito movimentada para alcançar o outro lado da calçada além da pilha de areia e tijolos e a faixa de pedestres para atravessá-la. Os tijolos são aos poucos, dois de cada vez, carregados para cima. Há muitas pessoas ajudando, certamente moradores dali que percorrem aquela escadaria todos os dias e que em algum momento de suas vidas já devem ter vivido uma situação parecida, com a necessidade de levar a mercadoria para cima e a bem-vinda solidariedade dos seus pares para cumprir mais rapidamente a extenuante tarefa. Nesse dia específico, dois missionários mórmons se juntam ao fluxo costumeiro da escada. Com a sua indumentária característica, calças pretas, camisas brancas e uma bolsa a tiracolo, carregam, cada um, um tijolo de cada vez. Assim, a pilha de tijolos vai diminuindo. Como levaram a areia para cima, é uma incógnita. O fato é que no outro dia não havia mais nem areia nem tijolos na calçada ao pé da escadaria.

A cidade em questão é Vitória, Espírito Santo, a avenida é a Avenida Vitória e o morro é o Morro Gurigica. Foi a observação quase diária de cenas como a descrita acima que estão na base das reflexões que levaram à construção da pesquisa a ser apresentada neste trabalho, embora em outra parte da cidade.

Uma primeira questão é como em uma mesma cidade, os seus vários recortes, em muitos casos, não se tocam. Não se trata de retomar e admitir a dualidade e a separação quase inevitável de uma cidade desigual como Vitória. O correto então, seria, talvez, afirmar que esses muitos recortes se tocam entre si de maneira diferenciada. Em alguns, os fluxos e as trocas entre si seriam bastante constantes, em outros, seriam menores e mais frágeis.

Ao se pensar, então, sobre as múltiplas porções da cidade, encontram-se realidades e situações muito diversas, surgidas em circunstâncias também as mais diversas, mas que inegavelmente são conseqüências de questões originadas em contextos muito maiores e mais amplos. Não dá, portanto, para efetuar o ato de pensar sobre a cidade de Vitória no âmbito de uma pesquisa acadêmica e, ao mesmo tempo ignorar, a forma como se constituiu o processo pelo qual se urbanizou, processo esse que, concretizado em meio a questões ligadas a mudanças estruturais no sistema econômico que integra, acabou por formar uma cidade cujo espaço interno se revela bastante desigual.

A diferenciação dos espaços intra-urbanos não se refere somente à sua natureza, quer sejam áreas destinadas à habitação, às atividades comerciais, industriais, entre outras, mas também às profundas desigualdades entre os espaços destinados à moradia dos diversos estratos sociais, hierarquicamente distribuídos pela cidade. Essa diferenciação, bem visível nas cidades de acordo com os espaços que são destinados aos estratos mais abastados da sociedade ou aos menos favorecidos, não é perceptível somente na construção e no planejamento urbano. Isso quer dizer que não são somente a forma visível, a estética ou o padrão construtivo que marcam as diferentes partes da cidade, mas que as marcas dessa diferenciação também podem ser percebidas pelo acesso ou pelo não acesso pleno aos serviços, públicos ou não, à cultura e mesmo ao sentimento de pertencimento à cidade.

É a partir dessas considerações que se estabelece um segundo questionamento. A cidade não é somente o nosso bairro, a nossa vizinhança, a igreja que freqüentamos ou o mercado em que compramos. É uma totalidade combinada a partir de seus muitos recortes, de suas muitas porções. Mas é possível ter acesso integral e irrestrito a todos esses recortes e a todas essas porções e a todas as dinâmicas neles presentes quando se está inserido precariamente nessa cidade? Isso quer

dizer que uma pessoa, um cidadão morador de Vitória, pode talvez não se sentir totalmente integrado na cidade e, portanto, não bem-vindo em todos os seus espaços, quando os entraves à sua circulação e à sua locomoção são muitos, entraves que, puramente físicos em uma primeira aproximação, podem se tornar entraves simbólicos quando associados a questões mais complexas como o imaginário que se constrói acerca destes diferentes espaços.

O que acontece é que determinados lugares na cidade são carregados de uma simbologia que transcende os seus limites e o tempo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que certos lugares são assimilados por conta de monumentos históricos, arquitetônicos, culturais ou naturais como símbolo da cidade por sua beleza cênica ou por seu interesse histórico, outros lugares são carregados de uma simbologia de rejeição. Na sociedade contemporânea, as cidades estão cheias deles. O problema é que determinados espaços na cidade acabam sendo sempre associados no discurso cotidiano da alteridade por uma série de significados negativos. Assim, alguns bairros acabam sendo taxados quase sempre como lugares de, entre outras coisas, pobreza, de violência e de perigo, fazendo com que pareça existir uma associação quase que natural entre essas três características. Decorre daí que outras áreas semelhantes, mas com histórias e com situações diferentes venham também a ser associados a essas características. Para melhor esclarecer essas afirmações, tome-se como exemplo, o fato de as favelas e de quem as habita quase sempre serem estigmatizados como lugares de problema, associação essa banalizada desde o surgimento das primeiras favelas no Rio de Janeiro no final do século XIX (cf. PICCOLO, 2006; VALLADARES, 2006).

Como consequência dessas representações sem critérios e nem sempre pautadas em análises mais aprofundadas das questões que permeiam a urbanização e todas as condições a ela intrínsecas, sujeitas que estão a reverberações de uma ordem política-econômica-cultural muito mais complexa do que se é possível perceber em uma aproximação rápida, tem-se comunidades inteiras sujeitas ao preconceito e a afirmações estigmatizantes que marcam seu cotidiano e seu viver na cidade.

Desdobrando-se destas considerações, surgiu um terceiro questionamento. Por que, algumas comunidades, ou bairros, embora apresentem uma série de problemas reais têm essas características atenuadas?

Foi nessa fase de reflexão que se deu a escolha do lugar em que a pesquisa se desenvolveria. Ao invés do Morro do Gurigica que foi o que primeiro suscitou essas reflexões ou de qualquer outra área semelhante em Vitória, optou-se pelo Morro dos Alagoanos (fig. 1 e 2) . O Morro dos Alagoanos é um dos bairros¹ mais antigos de Vitória, tendo surgido ainda na década de 1920. Segundo a história que se conta, a ocupação do morro foi iniciada por trabalhadores migrantes que vieram à Vitória trabalhar na montagem da ponte Florentino Avidos² e esses migrantes seriam originários do estado do Alagoas (PMV, 2006).

A opção pelo Morro dos Alagoanos para a realização da pesquisa foi feita não somente a partir das reflexões que vinham sendo feitas em torno do assunto, mas também por outras questões de ordem mais prática, como onde há conhecidos vivendo que facilitariam tanto a entrada na comunidade como o acesso às pessoas que lá moram para a realização da pesquisa.

Mas o que mais motivou a escolha do Morro dos Alagoanos como local para o desenvolvimento da pesquisa foi o fato desse lugar apresentar uma peculiaridade em relação aos demais: nos últimos anos a imagem que tem se consolidado junto à sociedade capixaba é a de que o Morro dos Alagoanos é o bairro do chorinho e do samba.

Se por um lado, essa forte identificação pode causar uma espécie de alheamento a outras questões presentes no morro enquanto espaço social e lugar de moradia, por outro lado é elemento importante de construção e da manifestação da identidade dos que o habitam. Isso é bem verdade no caso do Rio de Janeiro em que alguns morros têm um lugar bastante específico no que se refere às questões simbólicas em torno da cidade, com suas escolas de samba trabalhando pelo orgulho de suas comunidades. É o caso, pode se dizer, da Mangueira. Mesmo que apresente também os mesmos problemas relacionados à violência e ao tráfico de drogas como

¹ Na verdade, o Morro dos Alagoanos não é um bairro oficial de Vitória, mas sim uma comunidade, localizado na região de Santo Antônio, área que, para a Prefeitura, engloba a Região Administrativa 2 de acordo com a lei 6077, de 2003. No entanto, há uma discordância com o que a Prefeitura e a população consideram como Morro dos Alagoanos. No ANEXO 5 consta a lista de bairros e comunidades pertencentes à Região Administrativa 2, segundo a qual o Morro dos Alagoanos seria parte do bairro Ariovaldo Favalessa, mas para os moradores ele englobaria também uma parte de Caratoíra (ver figura 2)

² A ponte Florentino Avidos foi inaugurada em 1927.

outros lugares com as mesmas características no Rio de Janeiro, ninguém pensa em violência quando ouve o nome Mangueira, mas sim em escola de samba, carnaval, vila olímpica e nas músicas do Cartola.

Figura 1: Localização de Caratoira em Vitória

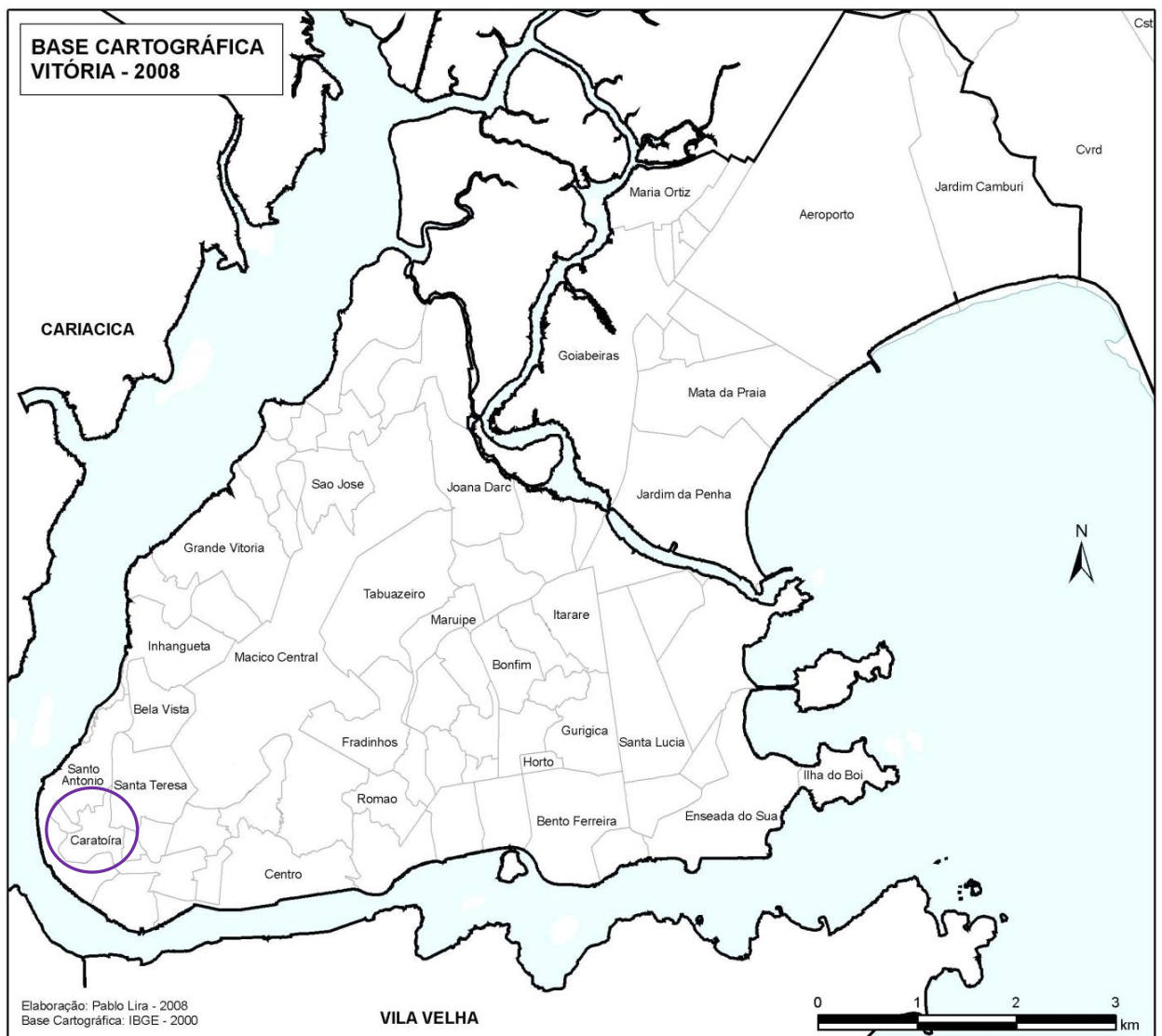
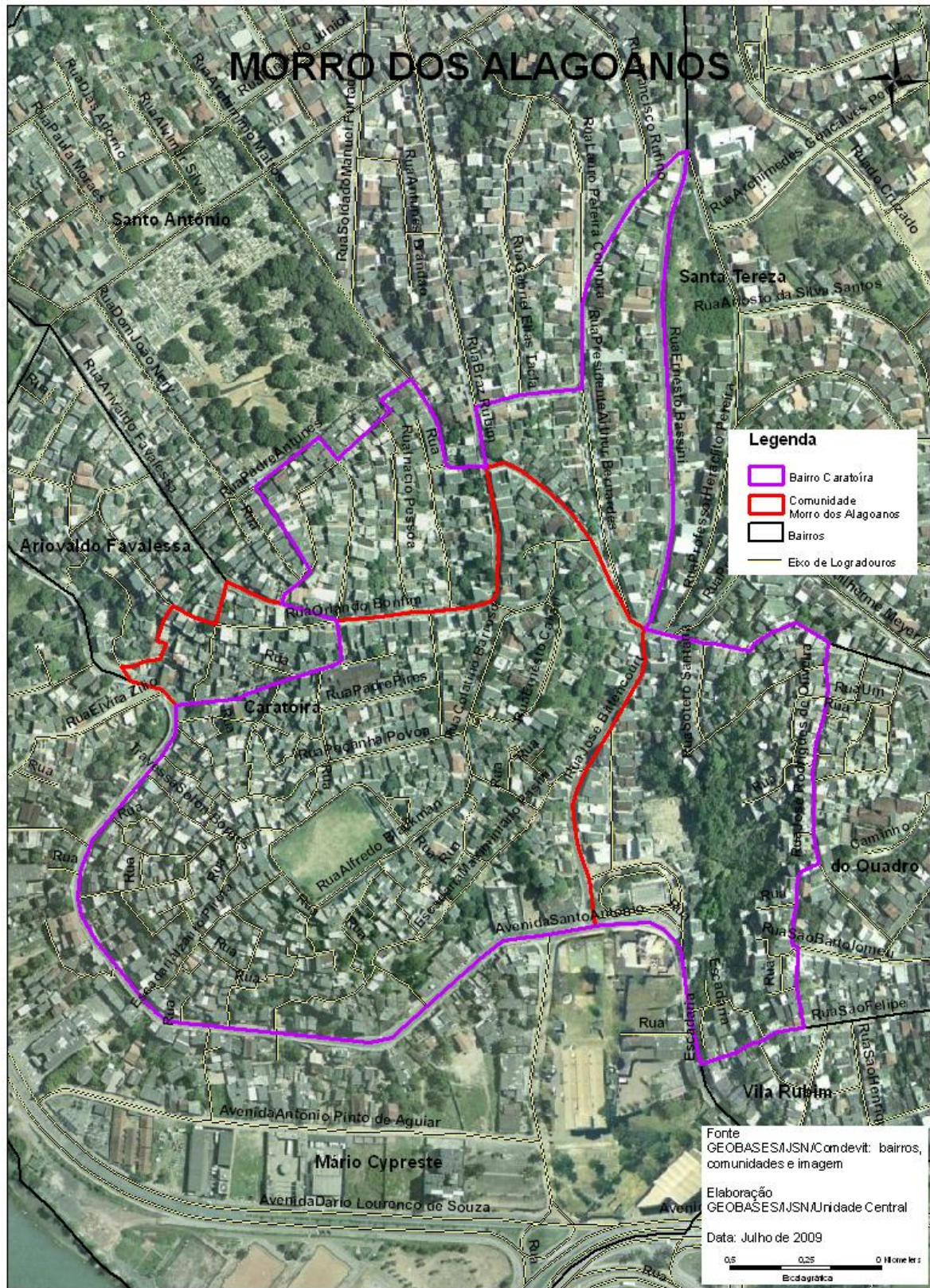


Figura 2: O Morro dos Alagoanos e seus vizinhos



Elaborado por Claudia Santos Moreira

O morro quando está no roteiro do samba, do carnaval ou de quaisquer outras manifestações culturais parece se despir de suas contradições. Aquilo que pode ser banal no cotidiano de seus habitantes se torna o chamariz para os outros, o *exótico que deve ser apreciado por que é cultura*. O morro nessas condições ganha, então, um status diferenciado, como um lugar de reserva de arte, nas palavras de Paola Berenstein JACQUES (2003), configurando-se quase num espaço mítico de liberdade (FENERICK, 2005), o que pode-se levar à indagação: seria o morro dos Alagoanos a Mangueira capixaba? Longe de estabelecer comparações impossíveis, a idéia aqui é refletir o quanto os eventos culturais que se realizam no morro desvia a atenção para outras questões igualmente importantes que interferem no cotidiano de seus moradores.

Então, se por um lado deve-se considerar essas questões, por outro as manifestações culturais que lá ocorrem possibilitam que haja um maior contato entre os moradores do Morro dos Alagoanos e o restante da cidade, através dos freqüentadores dos eventos, e uma maior visibilidade do bairro propriamente dito, o que pode contribuir para que se desfaça o senso comum preconceituoso de que morros são, por excelência, lugares perigosos. Outra possibilidade a ser considerada nessa linha, é que as manifestações culturais podem se constituir em elementos para uma maior integração da comunidade, funcionando como um meio em que se desenvolve um sentimento de orgulho de se pertencer àquela comunidade, mesmo que nem todos participem diretamente na sua realização.

Essas questões, longe de serem inócuas, a meu ver são extremamente importantes, pois podem contribuir, se não para uma sociedade mais igualitária, pelo menos para uma sociedade mais solidária.

Para tentar desvendar essas questões, buscar-se-á, ao longo deste trabalho, mergulhar no âmbito das relações que se estabelecem entre a comunidade moradora do Morro dos Alagoanos numa abordagem mais local e mais intimista, e a cidade como um todo, numa abordagem mais geral, seja no seu trânsito cotidiano para o trabalho, para a escola, entre outras coisas, seja na relação com os habitantes dos bairros vizinhos ou ainda com os que vão ao Morro em dia de festa. Portanto, é tanto a forma como os habitantes do Morro se inserem cotidianamente

na cidade como a sua relação com o seu local de moradia, o seu lugar na cidade, que serão aqui privilegiados.

Objetivos

Um dos objetivos intrínseco a este trabalho, embora não o mais importante do ponto de vista operacional da realização da pesquisa, é a possibilidade de dar voz ao *ordinary people*, as pessoas comuns, homens e mulheres anônimos, que na sua rotina cotidiana contribuem, a partir da sua vivência, para a contínua transformação da cidade. Isso porque não são somente os grandes personagens que constroem material e simbolicamente a cidade e sua história. Os pequenos personagens e mesmo os figurantes também contribuem, enormemente na maioria das vezes, para a transformação das paisagens em um espaço concreto repleto de significados para seus habitantes. São aqueles heróis anônimos ou heróis comuns aos quais Michel de CERTEAU (2005) dedica seu livro “A Invenção do Cotidiano”.

Mas, em linhas gerais, o principal objetivo deste trabalho é a busca para se entender de que maneira os moradores da periferia de Vitória, especificamente os da comunidade do Morro dos Alagoanos, vivenciam e se apropriam da cidade. O apropriar-se da cidade, aqui, refere-se não tanto ao âmbito material mas sim às questões simbólicas que perpassam a vida cotidiana e interferem no sentimento de se pertencer ou não integralmente à sua cidade e ao seu bairro ou sua comunidade.

Primeiramente, no entanto, uma vez que o entendimento do lugar não pode se dar sem o entendimento da totalidade de que faz parte, que modifica e através da qual é modificado (SANTOS, 2005), será discutido como se deu o processo de urbanização de Vitória, entendido como desdobramentos de questões estruturais mais amplas, com ênfase na urbanização que levou à formação dos espaços residenciais periféricos, primeiro numa abordagem mais geral, depois com um foco mais local. Essa etapa se faz necessária pelo fato do Morro dos Alagoanos, enquanto espaço residencial, ter se iniciado como um assentamento informal e contempla um dos objetivos subjacentes à pesquisa.

Dois esclarecimentos são necessários. O primeiro diz respeito à qual periferia estamos nos referindo. O segundo, o porquê da opção pela expressão “assentamento informal”. Pois bem, falar em periferia neste trabalho quer dizer que está se reportando aos espaços, sobretudo os residenciais, que foram sendo incorporados à cidade sem, no entanto, estarem necessariamente situados fisicamente longe dos centros de poder. É mais uma periferia social, pois é resultado de um mercado de trabalho e de formas de acesso à terra excludentes, do que uma distância geométrica puramente física.

A expressão “assentamento informal”, que será discutido com mais detalhes mais à frente, é utilizada aqui para se referir a algumas áreas da cidade de Vitória no lugar da palavra favela por três motivos. Primeiramente por que a palavra favela não é muito usual em Vitória, sendo a palavra “invasão” mais utilizada (cf COSTA e NASCIMENTO, 2005) e, em segundo lugar, para que não haja mal entendidos, uma vez que ambos os termos – favela e invasão – são sempre associado a preconceitos, para que não se pense que este trabalho vá gerar estigma e discriminação à área de estudo. O terceiro motivo refere-se à falta, por enquanto, de um termo mais adequado ao propósito do trabalho.

Finalizada essa etapa, portanto, que compreende a localização mesmo da formação e da consolidação do Morro dos Alagoanos enquanto espaço residencial dentro das dinâmicas que levaram à formação do espaço urbano de Vitória, há outros objetivos a serem cumpridos que estão relacionados à forma como os moradores vivem e apreendem cotidianamente a cidade a partir de seu espaço de moradia que se encontra nela inscrito.

Metodologia

As questões que este trabalho pretende elucidar dependem quase que exclusivamente de dados subjetivos, uma vez que é a dimensão do espaço vivido, do lugar, relacionada a sentimentos, afinidades e rejeições, que será aqui privilegiada. Mas não é somente para o entendimento das trajetórias individuais que se lançará mão de informações desse tipo, mas também para a construção da

trajetória da ocupação do próprio bairro, visto que dados de fontes oficiais são praticamente inexistentes. Para o período mais recente, encontram-se trabalhos acadêmicos³ e relatos jornalísticos, mas no primeiro caso, o foco desenvolvido é outro do que o aqui buscado, ou no segundo caso, quando se encontra as informações referentes ao assunto, são tratadas de maneira, às vezes, simplória.

Portanto, as informações concernentes à comunidade do Morro dos Alagoanos foram obtidas, em sua maioria, privilegiando-se oralidade durante os trabalhos de campo, a partir de entrevistas semi-estruturadas (conforme roteiro básico contido no Anexo 1), uma vez que se tratam tanto de questões fechadas como de questões abertas. A amostragem⁴ resultante na pesquisa não tem intenção de ser representativa da população do Morro dos Alagoanos, pois a idéia era buscar contemplar a diversidade da comunidade moradora, incluindo então, não somente as lideranças ou personagens notáveis, mas também os trabalhadores anônimos, homens e mulheres, jovens e idosos, que a partir de suas próprias trajetórias individuais e sociais poderiam lançar luz sobre a trajetória de formação e consolidação do bairro, bem como sobre os aspectos que constituem a sua história contemporânea.

O propósito de se recolher informações dessa forma não é generalizar simploriamente as opiniões ou o modo de ver o mundo de um indivíduo específico, mas sim procurar entender que essas opiniões representam, de certa forma, o que pensa o grupo social no qual aquele indivíduo está inserido, pois como colocam GUMUCHIAN *et al* (2000) não é só o indivíduo entrevistado que deve ser levado em conta, mas também o grupo ao qual pertence, pois a trajetória individual está inscrita numa trajetória mais global e coletiva. Partindo do indivíduo, é possível se retornar ao grupo (social), terreno mais familiar ao geógrafo, afirmam os autores, pois as experiências sócioespaciais são, ao mesmo tempo, uma experiência individual irreduzível e uma experiência social global.

³ Para esse trabalho, foram consultados os vídeos “Música no Morro”, trabalho de conclusão de curso de Comunicação/UFES, de Camila Fregona, e “Simplesmente Alagoano”, de Ana Beatriz Bonadiman e Lorena Tonini, como trabalho de conclusão de curso de Jornalismo/FAESA, além de trabalhos produzidos pelos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo/UFES para a disciplina Urbanismo 1 em 2006.

⁴ No total, foram realizadas 19 entrevistas gravadas (conforme Anexo 2).

Além disso, em trabalho que trata de como as trajetórias sócio-profissionais têm uma contrapartida espacial, restituindo, de uma certa forma, no espaço as mesmas distâncias sociais que existem entre o que define socialmente um grupo sócio-profissional, de maneira que o domicílio, não somente pela sua forma, mas também pela sua localização, seja entendido como um fator de diferenciação do pertencimento social, PINÇON *et al* (1988) considera que os espaços urbanos intervêm, de maneira importante, na vida cotidiana e nas histórias de vida, pois interferem tanto de maneira prática, ao influenciar, por exemplo, nos estilos de vida, como também de maneira simbólica, porque influencia na formação das representações e das percepções do mundo social.

Os trabalhos de campo foram realizados em diversos momentos, tendo sido realizadas diversas visitas ao Morro tanto com o objetivo de realizar entrevistas previamente combinadas com moradores, como apenas para “observar” o bairro sem pretensões de sair de lá com alguma informação importante. Para a realização das entrevistas, primeiro se procedeu ao contato com pessoas conhecidas que lá vivem (ou viviam) e depois esses moradores indicavam e apresentavam outras pessoas que se dispunham a conversar.

A idéia era entrevistar apenas moradores que se identificassem como moradores da área reconhecida por eles como Morro dos Alagoanos, embora essa definição seja um pouco fluida e sem reconhecimento oficial e, sobretudo para os que vivem no limite entre Caratoíra e Alagoano, essa limitação não tenha muita importância. Durante a realização dos trabalhos de campo foram realizadas duas entrevistas com pessoas não moradoras do Morro dos Alagoanos. A primeira delas, na verdade, eu só percebi que o entrevistado não era morador do Morro no decorrer da conversa, mas finalmente foi uma conversa interessante, pois embora não vivesse mais no Morro desde a juventude, havia nascido e vivido toda a sua infância e adolescência lá e, como seus familiares ainda vivem no lugar, realiza visita freqüentes. A outra entrevista com pessoa não moradora foi realizada de propósito, pois a pessoa em questão havia passado grande parte de sua vida vivendo ou no Morro ou nas proximidades e, embora, tenha ido viver em outra parte da cidade poucos anos antes, ela mantém contato com o lugar e a comunidade por conta de seu trabalho numa instituição de educação infantil que atende as crianças da comunidade.

A organização da dissertação se dará da seguinte forma: inicialmente, compondo o primeiro capítulo, serão feitas considerações acerca da importância da urbanização no mundo contemporâneo, cuja ênfase será dada à urbanização que propiciou o surgimento das periferias das cidades, primeiro de forma geral, englobando algumas características comuns à urbanização brasileira e, depois, de forma mais específica e mais local, à formação da periferia de Vitória.

O segundo capítulo buscará tratar dos subsídios teóricos que possibilitarão a análise e o entendimento dos dados levantados na realização da pesquisa empírica.

A terceira parte da dissertação será elaborada a partir do tratamento e da análise dos dados obtidos nos trabalhos de campo e nas entrevistas realizadas e será destinada ao objetivo principal que esse trabalho se propõe que é buscar compreender a forma como o Morro dos Alagoanos, nas trajetórias cotidianas da comunidade que o compõe, se insere no contexto da cidade de Vitória.

1 – CONSIDERAÇÕES SOBRE A INFORMALIDADE URBANA NO BRASIL E EM VITÓRIA

1.1 Reflexões sobre o urbano

É inegável a dimensão que a urbanização alcançou no mundo contemporâneo, apesar de jogos de palavras e números que tentam atenuar a extensão do urbano não somente no que se refere à seu desdobramento físico sobre o planeta, mas também no que se refere ao seu conteúdo. Nesse sentido, excedem-se questionamentos sobre quais critérios deveriam ser utilizados para definir se determinado agrupamento populacional deve ou não ser considerado urbano por que apenas a concentração populacional, independente de seu tamanho e de suas características, não é suficiente para que seja considerado como tal, havendo a necessidade de se acrescentar outras variáveis.

A intenção aqui não é desmerecer os aspectos subjetivos que compõem o conjunto de referenciais simbólicos, sociais ou econômicos que cada grupo populacional toma na construção de sua identidade e que o torna único em relação ao demais. Embora não seja intenção do presente trabalho discorrer acerca do que é urbano ou não, admite-se que, realmente, essas questões são mais complexas que apenas as simplificações estatísticas e funcionais que acabam reduzindo a população urbana àquela que se localiza dentro do que se considera como perímetro urbano dependendo do que determina as leis municipais, ou ainda, num outro extremo, considera população urbana a que vive em determinados núcleos em meio rural (SOUZA, 2003).

Apesar das ressalvas e da ciência de que quantificações estatísticas não explicam tudo, lançar-se-à mão aqui mais uma vez de dados estatísticos que indiquem a dimensão da extensão do urbano no mundo contemporâneo.

Em 2008, pela primeira vez na história, mais da metade da população do planeta, ou seja, 3,3 bilhões de pessoas, estaria vivendo no meio urbano. Esse fato, que o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) qualifica como um ponto de

inflexão extremamente importante na história da humanidade, vem acompanhado, em seu relatório anual, de um prognóstico preocupante: até 2030 a previsão é que a população urbana mundial alcance os 5 bilhões de pessoas (UNFPA, 2007).

A preocupação com esses números aqui manifestada não tem paralelo com as posições preconceituosas tão freqüentes quando se trata de questões como o que se propõe este trabalho, ou seja, a reflexão sobre as cidades e a formação de suas densas periferias. A esse propósito, é interessante lembrar Kingsley DAVIS (1972) que, escrevendo nos anos 1960 acerca da urbanização da humanidade com uma postura notadamente malthusiana e com pitadas preconceituosas, tacha a tendência da população humana de se aglomerar em cidades como um comportamento digno de insetos comunais e não de seres racionais como os humanos.

O problema, na realidade, é que o crescimento da população urbana previsto para a humanidade será absorvido em sua maioria pelas cidades dos países em desenvolvimento que, dependendo da área, geralmente são dotadas de pouca ou praticamente nenhuma estrutura para fornecer adequadamente habitação e serviços básicos à vida (DAVIS, 2007). Pelas estimativas do UNFPA, essas cidades abrigarão, até 2030, 81% da população urbana mundial.

O que acontece, então, é que com esse crescimento populacional urbano sem precedentes, seja devido ao crescimento natural, seja pelos efeitos da migração, sem uma contrapartida governamental no sentido de se estabelecer políticas eficazes de habitação e serviços coletivos, as pessoas vão habitar os assentamentos informais precários ao redor do mundo (DAVIS, 2007), sujeitos ao despejo, à violência das forças políticas de plantão, a políticas públicas baseadas no clientelismo, quando for do interesse dos grupos dominantes da sociedade local ou global, dependendo do caso (cf. DAVIS, 2007; HUCHZERMEYER, 2005; MARICATO, 2002)

Nesse sentido, DAVIS (2007: 27) ressalta que, “desde 1970, o crescimento das favelas¹ em todo o hemisfério sul ultrapassou a urbanização propriamente dita” dando conta então que essa ‘urbanização’ intensa dos países em desenvolvimento tenha se dado mais pela reprodução da pobreza do que como no esquema clássico

¹ A discussão referente a esse termo será retomado no item 1.2

de urbanização observado nos países desenvolvidos, no qual as cidades se adensavam e se expandiam numa sincronia quase perfeita entre as mudanças nas relações de trabalho e da estrutura produtiva no campo e uma conseqüente grande demanda por mão-de-obra na indústria.

Isso é bem verdade quando se analisa o processo de urbanização no Brasil, como coloca SANTOS (2008a):

Não houve nos países subdesenvolvidos, como aconteceu nos países industriais, uma passagem da população do setor primário para o setor secundário e, em seguida, para o setor terciário. A urbanização fez-se de maneira diferente e tem um conteúdo também diferente: é uma urbanização terciária. Somente depois, evidentemente com exceções, é que a cidade provoca a criação de indústrias. (SANTOS, 2008a): 23-24)

Desse modo, temos no Brasil uma urbanização que desde os seus primórdios se desenvolveu de maneira incompleta, pois não houve uma completa absorção de grande parte de seus habitantes: morar na cidade é permitido no sentido de que não houve políticas coibitivas do fluxo campo-cidade como os relatados por DAVIS (2007) para muitos países africanos, mas o esforço de suprir moradia e trabalho para todos, quando houve, foi insuficiente, deixando parcelas consideráveis da população inseridas de maneira precária na sociedade.

O adensamento e a expansão das cidades são a conseqüência de vários processos, quais sejam a migração rural-urbana, esta também conseqüência de processos bastante complexos, o crescimento vegetativo da população ou o próprio fator de atração das cidades maiores em relação às cidades menores, entre outros. No caso da urbanização brasileira, pelo menos pelo que se verifica nas tendências mais predominantes, tendo ocorrido a partir de processos social e economicamente bastante excludentes traz quase que como uma característica intrínseca a si diversos problemas não resolvidos como, por exemplo, os referentes ao déficit de habitação e à oferta de empregos.

Essas questões são resultado daquilo que SANTOS (2008b) chama de urbanização corporativa em que o crescimento econômico, e não o desenvolvimento econômico e social conjugados, é a prioridade na ordem do dia dos investimentos sejam eles privados ou, até mesmo, públicos.

Como consequência, embora no Brasil estas questões não estejam numa situação de penúria extrema generalizada como pode ser observado em outros lugares ao redor do mundo, vê-se que não há exagero na afirmação de MARICATO (2007: 211), em seu posfácio ao livro de DAVIS (2007), quando diz que “em vez das cidades de ferro e vidro, sonhadas pelos arquitetos, o mundo está, na verdade, sendo dominado pelas favelas” corroborando o título do comunicado à imprensa² do UN-HABITAT (Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos) por ocasião do lançamento de seu relatório sobre a habitação no mundo quando diz que as favelas urbanas são o lar de mais de um bilhão de pessoas.

1.2 Assentamentos Informais, Aglomerados Subnormais, Favelas...

As palavras usadas para se referir às habitações ou ao conjunto de habitações a que são relegados as populações mais desfavorecidas são inúmeras, visto que há tentativas de se estabelecer uma nomenclatura oficial ao lado de uma extensa terminologia popular. Nesse sentido, faz-se importante buscar um termo que consiga não somente abranger a variedade existente em um único termo padrão, mas também que designe as situações existentes sem gerar constrangimento à população atingida.

Para o caso de Vitória, isso é importante visto que a palavra favela em si não tem o mesmo uso generalizado como no Rio de Janeiro e mesmo a Prefeitura não se decide quando se refere aos bairros surgidos de forma “espontânea” e “informal”³ se seus processos de surgimento se deram por “ocupação” ou “invasão”, sendo que ambas as palavras são usadas⁴ sem haver diferenciação entre elas, o que leva a supor que são empregadas para se referir a casos semelhantes.

De forma geral, no caso do Brasil, as expressões “assentamentos informais”, “aglomerados subnormais” e “favelas” são apenas maneiras diferentes de se referir

² “More than a billion people call urban slums their homes”. UN-HABITAT, 2003. Comunicado à imprensa. Disponível em www.citymayors.com/report/slums/html. Consultado em abril de 2008.

³ Refere-se àqueles bairros que tiveram seu início em áreas públicas ou particulares sem condições adequadas de prover uma infra-estrutura mínima para o estabelecimento de pessoas.

⁴ “Histórico dos Bairros”. Disponível em www.vitoria.es.gov.br. Consultado em março de 2009

a um mesmo fenômeno, mas que apresenta diversidade de formas conforme o lugar do mundo em que se encontra, no entanto sempre associados a processos excludentes de acesso a habitação.

Assentamento informal é a nomenclatura usada pelas Nações Unidas para se referir às formas de moradia constituídas de acordo com os seguintes critérios (UN-HABITAT, 2003):

- Acesso a água potável: deve ser disponível em quantidade suficiente (20 litros /pessoa/ dia) para o uso familiar a um preço que seja inferior a 10% da renda total e sem que a família seja submetida a um grande esforço para obtê-la.
- Acesso a instalações sanitárias: observa-se se a família dispõe de sistema de descarte de dejetos, na forma de *toilet* privado ou público dividido com número razoável de pessoas.
- Número de habitantes por cômodo habitável: área habitável deve ser suficiente; deve ter menos de 3 habitantes por cômodo habitável.
- Qualidade estrutural/durabilidade dos domicílios: a casa é durável se não está construída sobre terreno perigoso/instável, se tem estrutura permanente e se protege seus habitantes de maneira adequada e suficiente de condições climáticas extremas.
- Segurança da posse

Essa forma de definir os assentamentos informais tem recebido críticas pelo fato de universalizar os dados, mas têm o objetivo de possibilitar a comparação de realidades diversas, como no caso do relatório do UN-HABITAT⁵, cujo objetivo seria, ao mesmo tempo, monitorar o alvo 11⁶ dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e fazer uma estimativa das formas de habitação precária no mundo, em que

⁵ Slums of the world: The Face of Urban Poverty in the New Millenium?, UN-HABITAT, 2003.

⁶ “Melhorar significativamente a vida de 100 milhões de moradores de favelas até 2020”. O que efetivamente não resolve muito o problema, pois de acordo com a própria Nações Unidas, 100 milhões de pessoas não representa nem sequer a metade dos moradores de favela do mundo.

esses critérios, portanto, minimizariam as diferentes maneiras com que os dados são coletados em cada país e as suas diferentes nomenclaturas⁷.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por outro lado, para identificar os aglomerados subnormais, ou seja, as favelas e assemelhados conforme a sua designação, utiliza os critérios relacionados a seguir (IBGE *apud* COSTA e NASCIMENTO, 2005):

- Posse da terra: Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular), no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos)
- Urbanização: Urbanização fora dos padrões vigentes refletido nas vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais, e construções não regularizadas por órgãos públicos.
- Infra-estrutura: Precariedade em pelo menos 2 (dois) dos serviços públicos essenciais: Água, Esgoto e Iluminação
- Número mínimo de domicílios: 51 domicílios

Pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2001, realizada pelo IBGE e com base nesses critérios, concluiu-se que 4% do total de domicílios no país como um todo são considerados aglomerados subnormais (IBAM, 2004). No entanto, a metodologia utilizada pelo IBGE, provoca a limitação dos dados, uma vez que os aglomerados subnormais só são classificados como tal, caso tenham mais de 51 domicílios, o que leva a um subdimensionamento da quantidade de pessoas expostas a essas condições, além da subjetividade do termo urbanização e da dificuldade de se definir a precariedade da infra-estrutura. Limitada ou não, através da metodologia do IBGE se é possível ter uma idéia da dimensão desses assentamentos informais no país, áreas essas que, até a não muito tempo atrás, sequer constavam dos mapas oficiais das cidades (MARICATO, 2002; ROLNIK, 2006).

⁷ É interessante ressaltar que o relatório não exclui as denominações nacionais e regionais, mas as cita no texto. Em português, por exemplo, cita as palavras favela, cortiço, loteamento, morro e comunidade como formas de habitações correspondentes às formas que a palavra inglesa *slum* (favela, em português) denomina.

Mais do que expressões para se referir às favelas de forma a não ressaltar as condições subalternas e excludentes à que seus moradores são submetidos, os conceitos acima descritos, mesmo com suas eventuais limitações, permitem medir a dimensão do problema no mundo e efetuar comparações. Neste trabalho será utilizada algumas vezes a expressão “assentamento informal” para se referir, no caso de Vitória, na falta de uma expressão mais adequada, às áreas que foram sendo, do ponto de vista das leis urbanísticas, informalmente incorporadas à cidade, pelo fato de se constituir num termo mais abrangente, visto que pode englobar não somente as favelas como eram em seus primórdios no Brasil ou o que se vê ainda hoje em muitos lugares do mundo como o caso da megafavela⁸ de Kibera, no Quênia, parte do cenário de filme de Hollywood⁹, em que impera a precariedade das formas de habitação e do meio de vidas populações, mas também formas de habitação com condições mais aceitáveis, mas onde persiste a ilegalidade da ocupação quanto à posse de fato da moradia.

1.3 A Escalada dos Assentamentos Informais no Brasil

É comum na literatura dedicada ao assunto se referir à presença de favelas na virada do século XIX para o século XX, tendo como pano de fundo a cidade do Rio de Janeiro como o marco inicial dos assentamentos informais no país (ABREU, 2008; ZALUAR & ALVITO, 2006; VALLADARES, 2006; VALLADARES, 2001; LEEDS & LEEDS, 1978). Isso se deve ao fato dessa cidade ter sido a capital do país até a década de 1960, dando, portanto, maior visibilidade ao fenômeno e possibilitando uma maior documentação, visto a proximidade de organismos governamentais e de ensino e pesquisa.

Isso não quer dizer, entretanto, que o fenômeno não tenha importância em outros lugares do país, apenas que não é uma tarefa fácil estabelecer uma linha geral e universalizante do surgimento e evolução dos assentamentos informais num país com a dimensão que o Brasil tem. Mesmo que os processos que levaram a

8 DAVIS (2007) se refere à Kibera e a outras favelas como “megafavela” em razão do grande número de população que abriga e de sua extensão.

9 “O Jardineiro Fiel” (The Constant Gardener), do diretor brasileiro Fernando Meirelles, estrelado por Rachel Weisz e Ralph Fiennes.

dimensão que hoje se observa de precariedade de habitação nas cidades brasileiras tenham ocorrido em períodos diferentes e tenham chegado a formas diferentes de ocupação conforme a região, é tudo consequência de um mesmo fato: a exclusão de uma parcela considerável da população brasileira do acesso à terra e, conseqüentemente, do acesso à moradia.

Mas antes de tudo, examinando o que ocorreu no Rio de Janeiro, alguns autores (VALLADARES, 2001; ZALUAR & ALVITO, 2006; LEEDS & LEEDS, 1978) colocam, então, que o surgimento das favelas remonta ao ano de 1897 quando do retorno dos praças que haviam lutado na Guerra de Canudos. Sem ter onde morar, o governo havia autorizado esses soldados a se estabelecer no morro da Providência, depois Morro da Favela.

Para além desse consenso, a que VALLADARES (2001) se refere como uma lenda, ainda no caso do Rio de Janeiro, CAMPOS (2005) faz uma interessante análise do surgimento das favelas na antiga capital brasileira, admitindo o marco estabelecido de 1897 apenas como a sua segunda fase no país. Para ele, o que depois ficou conhecido como favela preexistia à abolição da escravatura, mas é correntemente considerado como surgido de fatos isolados, decorrentes da já citada Guerra de Canudos, da guerra do Paraguai ou da destruição dos cortiços no centro da cidade, e não como processo em curso que viria a marcar profundamente a paisagem não somente do Rio de Janeiro, mas de muitas das cidades brasileiras de um modo geral.

O interessante em CAMPOS (2005) é que ele relaciona a formação de certas favelas no Rio de Janeiro como resultado da instalação do que ele chama de quilombos periurbanos ainda no período imperial. Tais áreas¹⁰ foram posteriormente incorporadas à cidade quando de sua expansão em direção à periferia, mas localizadas, naquele momento, em áreas ainda desabitadas próximos às cidades em charcos e encostas de morro com cobertura vegetal, abrigavam tanto escravos fugidos quanto libertos ou brancos com problemas com a lei.

¹⁰ Como áreas hoje consolidadas no tecido urbano do Rio de Janeiro que teriam abrigado quilombos periurbanos, CAMPOS (2005) cita o Andaraí, a Lagoa Rodrigo de Freitas e o Engenho Velho, entre outras.

Muitos desses quilombos periurbanos que CAMPOS (2005) identificou, ao perder a função para a qual tinham se constituído com a abolição da escravatura no país, continuaram a ser ocupados tendo sido transformados, mais tarde, em favelas.

De uma forma geral no país, independente dos aspectos particulares que pontuaram a formação dos assentamentos informais na cidade do Rio de Janeiro, vários autores apontam para causas parecidas.

ROLNIK (2006) chama a atenção para o modelo de desenvolvimento, que exclui as faixas de menor renda da população de uma participação efetiva nos avanços do país, no qual se deu o rápido processo de urbanização no Brasil.

Ainda se reportando ao Rio de Janeiro, embora afirme que o déficit habitacional na cidade remonte mesmo à época da chegada da família real, CAMPOS (2005) coloca que a formação dos assentamentos informais é resultado da concentração de terras paralelo a existência de um exército de miseráveis para os quais o governo se eximiu, por um longo tempo, da responsabilidade de fornecer moradia.

MARICATO (2002) complementa dizendo que “a ocupação ilegal da terra urbana é não só permitida como é parte do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil” (MARICATO, 2002: 147). Para a autora, a “invasão de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização (...); ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais” (MARICATO, 2002: 152). A dimensão dos assentamentos informais daí decorrentes teria suas raízes mesmo na Lei de Terras de 1850¹¹, que confirmou o caráter desigual de acesso à terra no país.

Nessa mesma linha, FERREIRA (2005) afirma que o alto grau de pessoas vivendo na informalidade urbana tem seu cerne na dificuldade de acesso à propriedade da

¹¹ Oficialmente, a Lei de Terras, instituída no Brasil em 1850, tinha como objetivo disciplinar a aquisição de terras no país. Entre 1822 e 1850, a aquisição de terras se dava pela comprovação da posse da mesma. Com a Lei de Terras, só se poderia adquirir terras no país por meio de compra, o que claramente levou à exclusão do acesso a terra os escravos e ex-escravos, os imigrantes e os trabalhadores pobres. Além disso, a Lei de Terras previa que quem houvesse adquirido terras por meio de ocupação deveria comprovar a posse da mesma, o que também foi um mecanismo de exclusão da população pobre que não dispunha de meios para fazê-lo. Por outro lado, contribuiu para a formação de latifúndios, grandes extensões de terras adquiridas ilegalmente por fazendeiros e posseiros que tinham meios de realizar as demarcações de suas terras e comprovar, mesmo que de forma fraudulenta, a posse das mesmas.

terra, cujo marco é justamente a instituição da Lei de Terras, que serviu para reafirmar a presença dos latifúndios na cena brasileira e manter o poderio político e econômico dos grandes proprietários de terra. Como consequência, FERREIRA (2005) aponta a divisão da sociedade brasileira em formação em duas categorias: a de proprietários de terras e a dos que nunca teriam chance de adquirir terras.

Para uma grande parte da imensa quantidade de pessoas enquadradas no segundo tipo restou a ocupação precária de terrenos sem nenhuma ou com pouca infraestrutura, a ocupação de áreas ambientalmente frágeis, como encostas de morros, áreas alagáveis, *lócus* por excelência de muitas favelas das grandes cidades brasileiras, e a permanente insegurança no que diz respeito à sua inserção efetiva na cidade.

Nessas condições era preciso, muitas vezes, como lembra SANTOS (1981) a propósito de experiências observadas em favelas no Rio de Janeiro, construir não só o barraco que fariam de casa, mas também construir o chão em que levantariam o barraco. Isso não é verdade apenas para casos no Rio de Janeiro, mas também para tantas outras áreas de assentamentos informais espalhados pelo Brasil.

Com a complexificação da sociedade brasileira, as mudanças no sistema produtivo e no sistema de acumulação não tornaram a vida mais fácil para os pobres urbanos. As transformações estruturais na economia brasileira com a passagem, ao longo do século XX, de um país essencialmente agrário com população predominante rural para a industrialização cada vez mais importante e com população urbana predominando, também modificaram a dimensão dos assentamentos informais no país.

Sobretudo nas grandes cidades e especialmente no Sudeste, a população responsável pela densificação das favelas existentes e pela ocupação de novas não era mais somente a dos moradores urbanos expulsos pelas obras de embelezamento das áreas centrais das cidades e sua consequente valorização, processo comum no início do século XX. Com o avançar do século, vagas de migrantes rurais se juntaram a esses já expropriados do acesso à moradia digna e as favelas iniciaram a escalada para a dimensão que hoje apresentam.

Como ressaltado no início do presente texto, as cidades e suas atividades correlatas não foram capazes de absorver a quantidade imensa de mão-de-obra que a ela afluía regularmente. Embora, como já mostrado, esse tenha sido um fator de exacerbação da presença de favelas na realidade urbana brasileira, elas não são a única forma de provisão ilegal de moradia para os pobres urbanos. MARICATO (2002) a esse propósito lembra que muitos loteamentos periféricos apresentam diversas formas de ilegalidade, mas não são necessariamente terras invadidas. Quem lá mora adquiriu seu terreno por meio de compra de um proprietário que também pode ter adquirido o loteamento da mesma forma (embora seja sempre bom lembrar que as grilagens também ocorreram em terras urbanas), mas nem sempre estão de acordo com todas as normas legais e urbanísticas.

A propósito dos loteamentos ilegais e/ou irregulares SANTOS (2007: 7-8) salienta que eles “se constituíram como alternativa acessível ao trabalhador de baixa renda devido à grande oferta de lotes (distantes e desprovidos de infra-estrutura), que podiam ser pagos em prestações em longo prazo e que podiam ser ocupados sem os custos da aprovação formal da fiscalização”.

De acordo com ARANTES (1998), 50% das construções das grandes cidades no Brasil estão em condições de ilegalidade quanto à ocupação e quanto ao uso do solo, o que é corroborado por dados apresentados pelo IBAM (2004) para a América Latina como um todo quando diz que o mercado ilegal e informal é o principal meio de acesso à terra urbana na região, tendo superado as invasões, que eram mais comuns na década de 1960.

Se durante muito tempo, os assentamentos informais eram vistos (quando o eram) pelos governantes e pelos estratos dominantes da sociedade como um câncer no meio da cidade e como tal deveriam ser extirpados, hoje em dia eles estão, de certo modo, já consolidados. Ao longo do século XX, as políticas públicas relativas aos assentamentos informais variaram desde a remoção à urbanização (LEEDS & LEEDS, 1978; BURGOS, 2006; PERLMAN, 2005; SANTOS, 1981). É preciso ressaltar que, muitas vezes, medidas tomadas para a remoção de favelas resultaram numa política dramática de periferização e intensificação das desigualdades sociais no meio urbano, pois tais medidas acabaram beneficiando o mercado imobiliário com a valorização de certas áreas que passaram por esse processo.

Quanto às políticas visando à urbanização das favelas, a atuação dos governos variou desde medidas marcadamente populistas até atitudes mais interessantes com tentativa de dar voz aos moradores (SANTOS, 1981; BURGOS, 2006). Com o avanço da democracia no país e da universalização dos direitos não só os previstos nas leis brasileiras, mas também os convencionados internacionalmente, outras posturas são colocadas em prática no que se refere aos assentamentos informais.

Via de regra, atualmente os programas de remoção forçada de favelas estão fora da ordem do dia e o que predomina são projetos visando à melhoria e a urbanização dos assentamentos informais normalmente conjugados com ações sociais, como, por exemplo, de capacitação profissional e de geração de renda. Agora, as remoções só deveriam ocorrer caso a residência possa sujeitar a família a riscos. Esse é o caso, por exemplo, do Projeto Terra (hoje, Projeto Terra Mais Igual)¹², em Vitória, selecionado, juntamente com outros projetos da mesma finalidade na América Latina, na categoria “melhor prática”, no ano de 2002, pelo Programa Best Practices and Local Leadership do UN-HABITAT (IBAM, 2004).

Mas, mesmo com a consolidação dos assentamentos, a aceitação de sua existência e o entendimento geral de que todos têm direito à moradia digna, os moradores não podem ainda gozar das facilidades que o meio urbano teria poder de propiciar. Grande parte dos assentamentos informais continua exposta a situações de exclusão, reforçando as desigualdades sociais e de renda e reproduzindo essas desigualdades (ROLNIK, 2008), com um déficit ainda de cerca de 6 milhões de habitações em todo o país (MOSCARELLI, 2006).

E o medo que os moradores tinham antigamente de ter a sua casa ou a sua favela destruída pelas obras públicas de ordenamento da cidade, hoje em dia, foi substituído pelo medo de ser morto no fogo cruzado entre a polícia e os grupos ilegais de poder que hoje dominam muitas áreas de assentamentos informais nas cidades brasileiras (PERLMAN, 2005).

¹² Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Preservação Ambiental em Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda do Município de Vitória. Os objetivos do Projeto Terra seriam: erradicar a pobreza e ordenar o uso do solo urbano, através de um conjunto integrado de obras, ações sociais e serviços de natureza pública, preservação ambiental, geração de renda e regularização fundiária, buscando a promoção humana e a melhoria da qualidade de vida em bairros caracterizados pela ocupação desordenada (IBAM, 2004).

1.4 A Informalidade da Terra Urbana em Vitória

Processos semelhantes que aconteceram em outras cidades brasileiras também atingiram Vitória, capital do Espírito Santo. O adensamento populacional e, conseqüentemente, urbano da capital se intensificou a partir da década de 1970 quando ocorreram importantes transformações no sistema produtivo do estado que vinham sendo gestadas desde a década de 1950. Foi nesse período que houve uma intensificação da atividade industrial, induzida, em parte, como estratégia de desenvolvimento do governo federal. Esse desenvolvimento industrial na Região Metropolitana de Vitória teve um paralelo de grande mudança no campo, ocasionando um deslocamento sem precedentes de população oriunda do meio rural em direção à capital do estado (MENDONÇA, 1985; SIQUEIRA, 1995).

Assim, a expansão da periferia de Vitória tanto do município quanto de sua região metropolitana está intimamente ligada ao desenrolar do que se convencionou chamar de crise do café, num primeiro momento, e, mais tarde, ao incentivo à instalação de atividades industriais. Na realidade, embora estejam fortemente conectados, são dois momentos bem marcantes na história do Espírito Santo.

Primeiramente, se tem, então, a reestruturação do espaço e da produção agrícola, com a substituição de uma parte considerável da cafeicultura, normalmente num regime de produção familiar, por atividades mais extensivas como a pecuária, que necessita de pouca mão-de-obra. Esse fato teve como desdobramentos importantes o aprofundamento da concentração fundiária, o agravamento da migração rural-urbana e uma conseqüente concentração populacional na capital (cf. SIQUEIRA, 1995; SIQUEIRA, 2001; ZANOTELLI, 1992).

Num segundo momento, esses fatores vem-se somar à já importante atração exercida pelas cidades e às atividades industriais que estavam se desenvolvendo, representando outro fator de atração em direção à região metropolitana, favorecendo um crescimento urbano qualificado, bem como desordenado e excludente (HERKENHOFF, 1994).

A propósito da concentração populacional em Vitória, SIQUEIRA (1995: 6) considera, portanto, que é o resultado “de uma ação conjunta de fatores inerente ao modelo econômico nacional, ou seja, concentração na distribuição de renda,

aumento das atividades estatais e a forma poupadora de mão-de-obra, que apresentou não só a tecnologia agrícola como também a indústria urbana”.

O que ocorreu, portanto, foi que parte importante dessa mão-de-obra disponível acabou sendo absorvida de forma precária pelo setor terciário informal (MENDONÇA, 1985; ZANOTELLI, 1992). Conseqüentemente, essa parcela da população com renda baixa e instável não teve acesso nem à política habitacional pública nem à habitação provida pelo mercado privado (SIQUEIRA, 1995).

Embora na década de 1970 tenham havido acontecimentos importantes que agravaram a ocupação de terras na periferia urbana, os assentamentos informais em Vitória não são específicos desse período, encontrando-se ainda hoje uma parte importante do município nessas condições, embora sem a precariedade generalizada que os caracterizava, sobretudo em seu início.

No que se refere à formação dos assentamentos informais em Vitória, é possível, mesmo com a precariedade de informações disponíveis, identificar alguns momentos bem marcantes. Desde momentos que se perdem no tempo até o início da década de 1930, a formação de assentamentos informais se restringe às áreas próximas ao centro até Santo Antonio, sobretudo em morros. A partir de então até a década de 1960, surgem inúmeras ocupações, em morros e manguezais, em partes extensas da ilha de Vitória desde áreas ao norte do centro até a região do canal da passagem. Da década de 1970 em diante, que junto com década de 1960, marca a ocupação parte continental do município, ocorre a ocupação da parte noroeste de Vitória de maneira muito rápida. É importante lembrar que, nesse momento, não somente houve a incorporação “espontânea” de novas áreas para habitação, como também houve um adensamento das áreas que já estavam ocupadas (Fig. 4).

O acesso desigual à habitação bem como as políticas excludentes nesse sentido já vem de longa data. Até onde é possível resgatar, esse problema já estava posto no início do século XX e se agravou com as obras de modernização do centro de Vitória. PALÁCIOS (2007) observa que os melhoramentos urbanos produziram não somente o início da expansão da periferia como também a segregação residencial. Embora já houvesse certa diferenciação residencial com determinadas áreas em que se concentravam as populações de baixa renda e outras em que predominavam

as mais abastadas, havia uma maior proximidade entre os diferentes estratos da população visto que também a porção urbana de Vitória era muito diminuta.

PALÁCIOS (2007) verifica uma relativa coexistência de moradias tanto dos mais ricos quanto dos mais pobres no centro de Vitória, embora a maior parte da elite vivesse na Cidade Alta e já houvesse uma área em que predominavam os mais pobres: a Cidade de Palha, atual Vila Rubim.

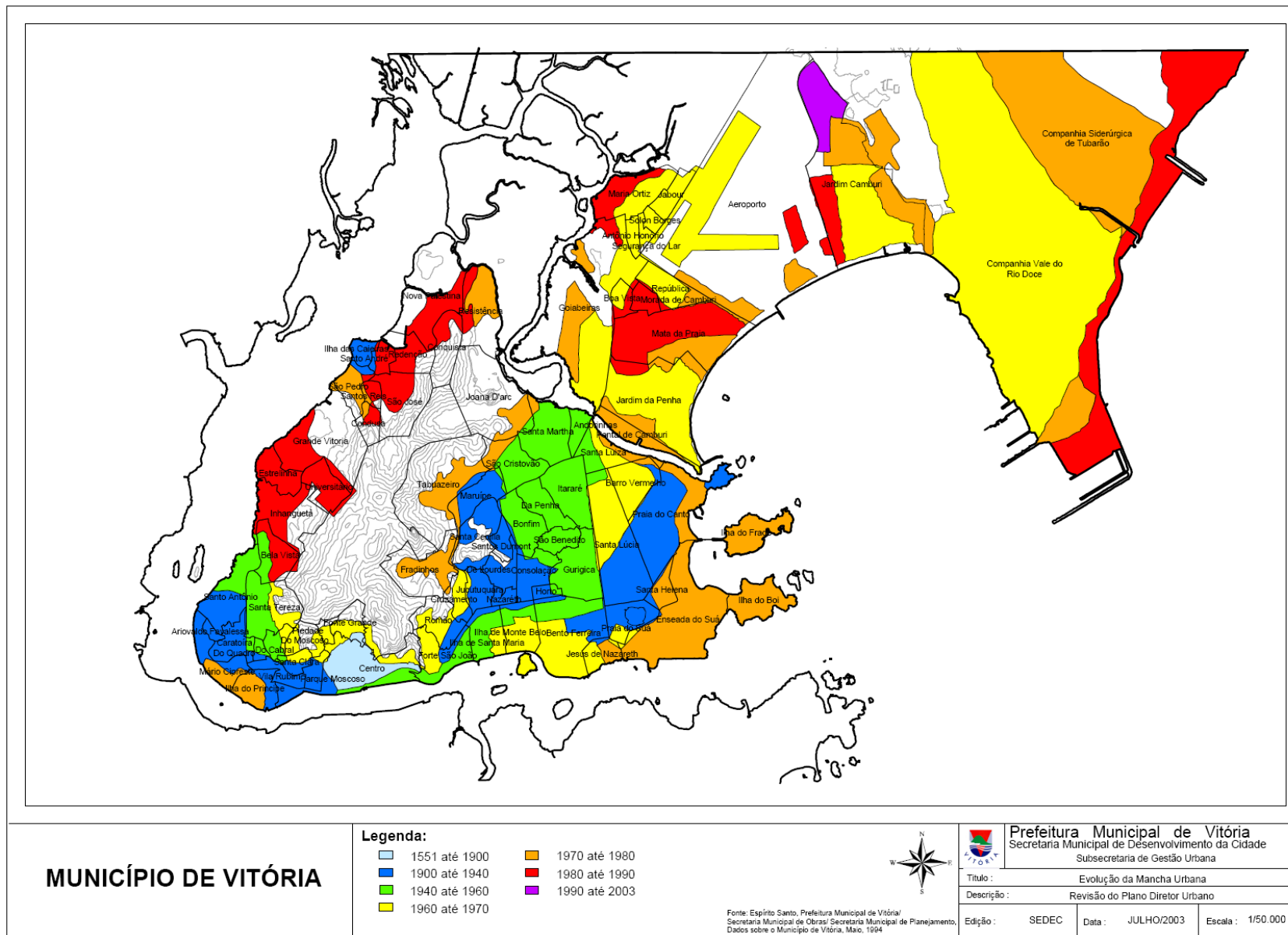
As obras de melhoramento urbano produziram uma diferenciação mais marcante dos espaços residenciais. Isso porque as desapropriações e demolições que possibilitaram o alargamento de ruas e avenidas avançaram num ritmo mais rápido do que a capacidade do governo de construir casas para abrigar a população deslocada. Além disso, as unidades residenciais construídas pelo governo, não somente eram em quantidade insuficiente, mas se destinavam aos que estavam inseridos no mercado de trabalho formal, os funcionários públicos e os operários, ficando os que não tinham trabalho ou trabalhavam informalmente de fora dessa possibilidade de adquirir moradia (PALÁCIOS, 2007).

O que aconteceu então foi tanto o adensamento da Cidade de Palha quanto o início da ocupação de Santo Antonio e dos morros nas adjacências dessas áreas já ocupadas não somente por essa população já residente em Vitória atingida pelas obras de remodelamento urbano, mas também pelos primeiros movimentos migratórios que teve a capital capixaba como destino, a de trabalhadores em busca de emprego na construção da ponte Florentino Avidos e do porto de Vitória, durante a década de 1920 (PALÁCIOS, 2007).

A respeito da Vitória que se queria moderna e livre do atraso representado nas ruas estreitas e na infra-estrutura precária herdadas do período colonial, ao final das transformações levadas a termo no governo Florentino Avidos (1924 a 1928), VASCONCELLOS (1993: 36) faz a seguinte consideração:

Esta cidade moderna, pré-industrialização, que Florentino Avidos praticamente deixou pronta, era extremamente hierarquizada. No presépio havia o lugar dos pobrezinhos que nasciam nas manjedouras da Vila Rubim ou nos inúmeros morros da cidade. Havia também as vilas operárias, como Jucutuquara (...).

Figura 1: Evolução da Mancha Urbana - Vitória/ES



Fonte: PMV, Instituto Pólis, 2003.

O que se observa, então, é que a segregação residencial não é privilégio dos tempos atuais nem foi gestada apenas no momento da industrialização de Vitória. Em relação a um breve histórico da formação dos assentamentos informais em Vitória, consta-se, portanto, que algumas áreas tenham iniciado sua ocupação ainda no início do século XIX. Esse é o caso de bairros como a atual Ilha das Caieiras, tradicionalmente uma antiga aldeia de pescadores que já aparecia em Plantas da Província do Espírito Santo desde 1878 (PMV, 2009). Embora de ocupação antiga, Ilha das Caieiras sofreu modificações muito profundas no contexto de surgimento de São Pedro, período em que teve não somente sua densidade populacional alterada como sua própria compleição física. Remontam ainda ao século XIX, o surgimento da já citada Vila Rubim e da Fonte Grande, esta última ocupada apenas na parte mais baixa nessa época (PMV, 2009).

Nos primeiros 30 anos do século XX, se iniciam ocupações em Santa Clara, Caratoíra, Morro dos Alagoanos, Morro do Moscoso, Ilha do Príncipe, bem como de Santo Antonio, uma antiga fazenda. As ocupações de Caratoíra, Morro dos Alagoanos e Ilha do Príncipe estão ligadas aos trabalhadores da construção do porto de Vitória e da ponte Florentino Avidos (OLIVEIRA *et al*, 2005; PMV, 2009).

A Ilha do Príncipe protagonizou talvez um dos primeiros conflitos pela terra urbana em Vitória durante o governo interventor de João Punaro Bley (1930-1942) que “não mais permitia o crescimento das moradias de estuque cobertas de palha, tentando transformar a ilha em bairro nobre. Em 1938, os fiscais do governo promoveram um incêndio onde poucas moradias restaram. Os confrontos entre fiscais e nordestinos eram diários” (PMV, 2009, sem pag.).

Fora das imediações do centro, no início dos anos 1930, ocorreu a formação de Santa Martha, em área da antiga Fazenda Maruípe. A consolidação de Santa Martha se deu em etapas distintas, sendo que primeiramente “foi invasão, posteriormente o Estado loteou ou passou a posse da terra aos moradores que a requereram objetivando a legalização da posse junto a Prefeitura Municipal de Vitória. Outros compraram os terrenos dos primeiros ocupantes da área” (PMV, 2009, sem pag.).

Entre os anos 1940 e 1950, surgem os bairros Ariovaldo Favalessa, em Caratoíra, conhecido na época como Morro do Martelo, Bairro da Penha, Bonfim, Consolação,

Forte São João, Gurigica, Itararé, Jesus de Nazareth, Piedade, Romão, Santa Luiza e Tabuazeiro.

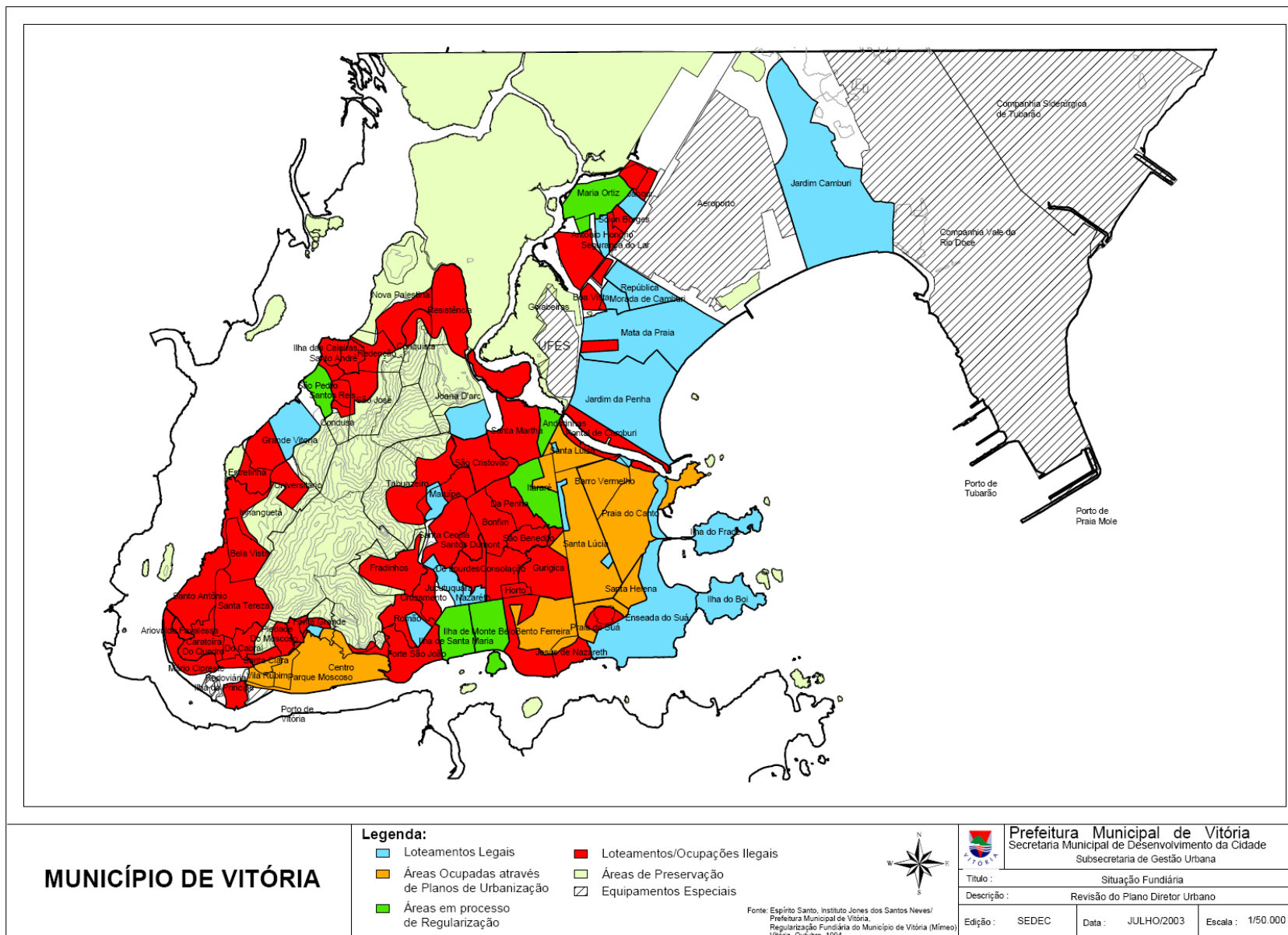
O surgimento desses bairros já está fortemente atrelado as modificações na estrutura produtiva do campo no Espírito Santo, embora essas ocupações tenham se dado ainda num ritmo relativamente lento. Nesse período, alternaram-se tanto ocupações pacíficas quanto conflituosas. Como exemplos do segundo caso têm-se Consolação, que se iniciou em 1949 em terras da União, e Gurigica, com início em 1945 em parte da Fazenda Maruípe, sofreram constantes repressões policiais nos primeiros anos da ocupação. Romão, por outro lado, tem uma história um pouco ambígua junto ao governo municipal. No início em 1952, consta-se que houve doações de terrenos aos primeiros moradores pela Prefeitura de Vitória que, no entanto, adotou duras medidas repressivas quando novas famílias para lá se dirigiram uma década mais tarde. Mas foi Jesus de Nazareth, cujo início se deu em 1950, que protagonizou os episódios mais violentos desse período entre moradores e as forças repressivas, tendo resultado na morte de um fiscal da prefeitura e de um morador em contexto de resistências dos moradores frente a destruição de seus barracos (PMV, 2009).

De 1950 aos primeiros anos da década de 1970, a dinâmica dos assentamentos informais em Vitória passa por dois processos simultâneos sendo tanto a ocupação de áreas novas como também o adensamento das áreas já ocupadas até então. Nessa época, surgem os atuais bairros de Andorinhas, Cruzamento, Morro do Cabral, Estrelinha, Joana D'Arc, Maria Ortiz e São Benedito. É preciso esclarecer que, inicialmente, nem todos os bairros começaram como ocupações informais. Há casos (como, por exemplo, Estrelinha, Cruzamento e Joana D'Arc) que seriam destinados a loteamento, mas que, concomitantemente ou em períodos posteriores, também tiveram áreas ocupadas informalmente. Como o que já vinha sendo assistido em Vitória, sucedem-se as ocupações em morros e em manguezais, mas adicionado agora de um outro elemento, o lixão, no caso de Maria Ortiz.

Para esse conjunto de bairros, é importante notar que os processos envolvidos na sua constituição são bastante complexos, sendo quase impossível tentar estabelecer parâmetros gerais. Um bom exemplo é o caso de Joana D'Arc, um loteamento precário comercializado sem nenhuma infra-estrutura, iniciado na

década de 1960 sem invasão. Até a consolidação do bairro, houve ainda invasões nas áreas adjacentes tanto em manguezais, áreas públicas, como em área particular que já na década de 1980 provocou uma série de conflitos entre os moradores e policiais.

Figura 2: Mapa da Situação Fundiária de Vitória



Fonte: PMV; Instituto Pólis, 2003.

Nessa ocupação progressiva das franjas urbanas da capital, provavelmente a mais recente e mais espetacular tenha se dado na área que compreende o bairro de São Pedro e seus vizinhos. Aí se pode verificar o que Carlos Nelson Ferreira dos Santos percebeu no Rio de Janeiro conforme já citado anteriormente neste texto: em muitos lugares, os ocupantes, além de construir os seus barracos foram progressivamente construindo o chão, com o aterramento do mangue onde instalavam as suas palafitas pelo lixo descartado da cidade, que passou também a ser o meio de vida de parte da população (ANDREATA, 1987; ZANOTELLI, 1992; OLIVEIRA JR, 2007).

Entretanto, é sempre bom lembrar que as áreas de ocupação ilegal em Vitória (figura 4) não são somente os bairros de habitat das classes pobres, como é o caso de Pontal de Camburi,¹³ originado através de invasão ao longo do canal da passagem por especuladores, e o bairro de Fradinhos, que teria se originado de um loteamento irregular, ambos locais de moradia de classe média e alta. O relatório de leitura técnica para revisão do Plano Diretor Urbano de Vitória cita ainda como exemplos de loteamentos irregulares de média e alta renda casos em Santa Cecília, Bairro de Lourdes, um pequeno trecho da Mata da Praia e Sólton Borges, conforme pode ser observado no mapa da situação fundiária de Vitória (OLIVEIRA *et al*, 2005; A GAZETA, 1993; PMV/ INSTITUTO PÓLIS, 2003).

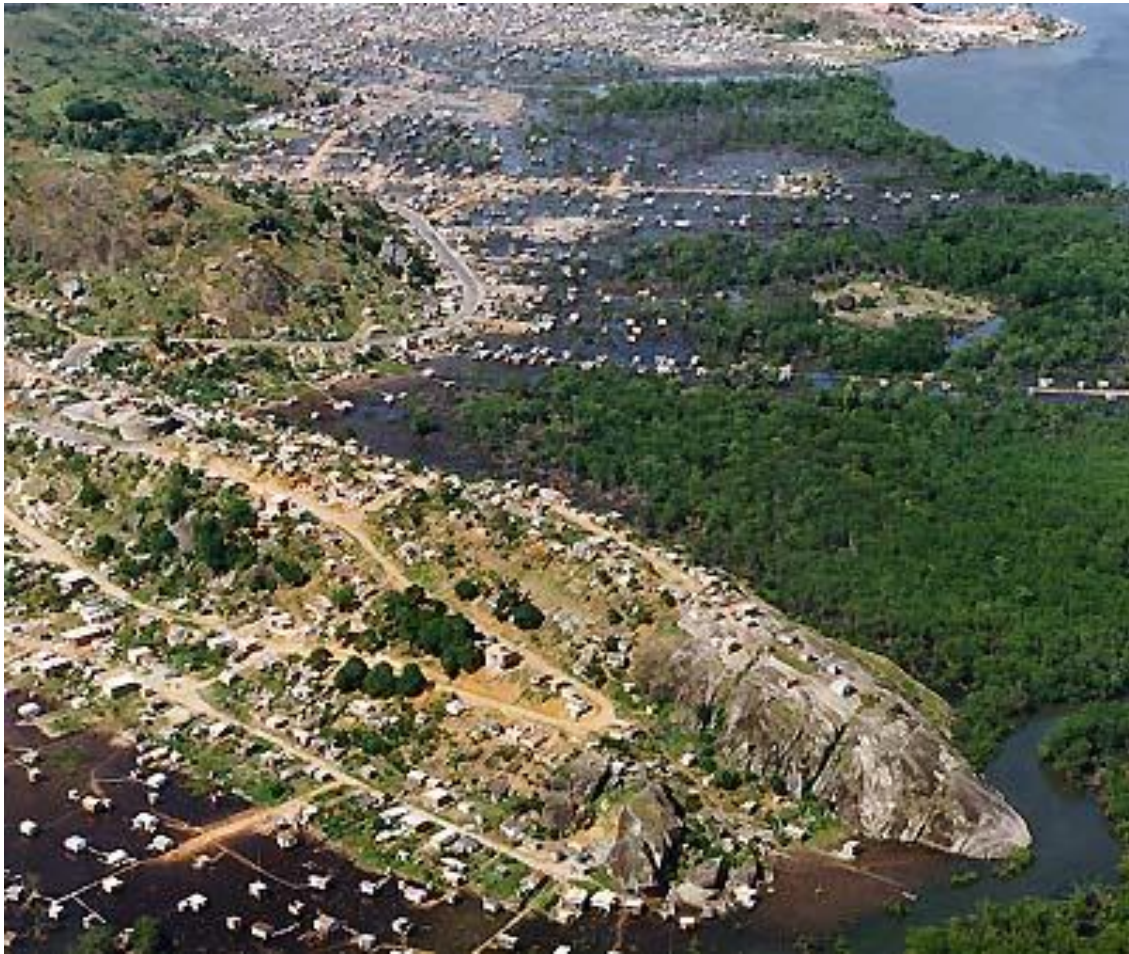
Baseados em informações da prefeitura de Vitória, OLIVEIRA *et al* (2005) colocam que as Zonas de Interesse Público¹⁴ (ou Áreas de Interesse Social) ocupam uma área correspondente a 27,5% do território do município com uma população correspondente, na época, a cerca de 50% do total¹⁵, sujeitos, se não à precariedade de infra-estrutura na maioria dos casos, à precariedade da posse de fato do local onde moram.

¹³ Pontal de Camburi faz parte do bairro Jardim da Penha

¹⁴ Seriam os bairros de Andorinhas, Ariovaldo Favalessa, da Penha, Bonfim, Caratoíra (inclui Morro dos Alagoanos), Condusa, Conquista, do Cabral, do Quadro, Estrelinha, Fonte Grande, Forte São João, Gurigica, Ilha das Caieiras, Ilha do Príncipe, Inhanguetá, Itararé, Jesus de Nazareth, Joana D'Arc, Maria Ortiz, Mario Cypreste, Nova Palestina, Resistência, Redenção, Santa Clara, Santo André, Santo Antônio, Santo Reis, São Benedito, São José, São Pedro, Tabuazeiro e parte do Centro, Cruzamento, Forte São João, Parque Moscoso e Praia do Suá. (OLIVEIRA *et al*, 2005).

¹⁵ De acordo com Oliveira *et al* (2005), 126.430 habitantes, distribuídos por 34.596 domicílios.

Figura 3: A região de São Pedro no início da ocupação



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

À precariedade de infra-estrutura e da posse da moradia somam-se outras questões como o verificado para outras grandes cidades do país, como a exacerbação da violência no meio urbano, a atuação do poder público não tão próxima do desejado e a manutenção da ilegalidade na ocupação do solo.

Ainda de acordo com OLIVEIRA *et al* (2005: 16) “de 1996 até hoje, apenas 4,3% dos projetos” (de imóveis para fins diversos) aprovados no município, estão localizados nessas áreas. Um outro dado que os autores trazem é a porcentagem de aprovação de projetos para uso residencial durante o período de 1996 a 2002: apenas 1,8%, um valor muito baixo em se tratando de áreas destinadas ao uso residencial em constante processo de adensamento populacional.

Para tentar viabilizar a melhoria dessas áreas, uma das muitas ações da Prefeitura de Vitória é o Projeto Terra (hoje chamado de Projeto Terra Mais Igual), citado

anteriormente. O projeto que prevê a atuação em 36 bairros atingindo 33% da população do município, mais de 80 mil pessoas, já teria, até 2001, promovido melhorias para 75% da população em questão, como remoção de famílias cuja residência se encontrava em áreas inadequadas e reassentamento das mesmas em novas unidades habitacionais, capacitação profissional por meio de cursos diversos, realização de obras de urbanização e construção de unidades de atendimento social, cultural e educativo para a população alvo (IBAM, 2004; COELHO, 2005; FERREIRA, 2005).

Segundo a Prefeitura de Vitória¹⁶, os investimentos previstos para a realização das próximas intervenções do Projeto Terra Mais Igual estão em torno de R\$ 121 milhões e as áreas incluídas nas 15 poligonais¹⁷ do Projeto tem em comum as seguintes características: áreas ambientalmente frágeis, ocupação desordenada, população de baixa renda e carência de equipamentos e serviços públicos.

Reconhecido internacionalmente como uma das melhores práticas (boas práticas que não necessariamente são boas políticas, no dizer de ROLNIK, 2008) junto a assentamentos informais, o Projeto Terra Mais Igual tem lá as suas contradições. Por exemplo, as melhorias trazem consigo os impostos, as contas de água e luz, muitas vezes obtidas por meio de ligações clandestinas à rede de abastecimento, os chamados “gatos”, e conseqüente valorização das áreas, mesmo que essa não seja a intenção inicial. Os impostos trazidos na esteira das obras de urbanização, mesmo que tenha sido tomado o cuidado de uma taxaçaõ diferenciada pelo nível de renda da população envolvida, muitas vezes é um fardo pesado demais para as famílias carregarem. É preciso considerar que mesmo que as pessoas estejam dispostas a pagar, os baixos salários e a qualidade deficiente dos serviços funcionam como um desestímulo.

O próximo capítulo tem o objetivo de discutir as bases teóricas que contribuirão para o desenvolvimento da pesquisa empírica e para a análise dos dados a serem

¹⁶ Disponível em <http://www.vitoria.es.gov.br/terra.php> Entre 1998 e 2007, já haviam sido feitos investimentos da ordem de R\$ 129 milhões.

¹⁷ Verificar no anexo 3, a lista das 15 poligonais do Projeto Terra Mais Igual, com os bairros e comunidades abrangidos pelo Projeto

obtidos, como também para fornecer os elementos que nortearão as discussões daí resultantes.

2 – O BAIRRO: LUGAR DE REALIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA

Nesta segunda parte da discussão, entre outras coisas, é preciso esclarecer a razão da escolha de um bairro como recorte para o entendimento das questões a que nos propomos. O bairro, portanto, pode ser entendido como aquilo que representa o lugar dentro da totalidade do que compõe o espaço geográfico.

O estudo de bairro deve levar em consideração que ele é só uma fração do todo urbano e a sua compreensão passa pelo entendimento de que ele só tem sentido explicativo na relação com a totalidade (CARLOS, 2001).

Uma vez que um dos objetivos principais aqui é buscar entender as relações que se estabelecem entre o habitante, o indivíduo enquanto participante de uma realidade social, o local onde habita e a cidade onde este se insere, o bairro vem o ser um recorte privilegiado, pois como coloca SOUZA (1989: 149) este “corresponde a uma certa parcela da cidade que, por força de relações sociais, constitui para o indivíduo um Espaço vivido e sentido”.

O espaço vivido, numa primeira aproximação, coloca o espaço entendido como a dimensão da experiência humana dos lugares,

o mundo experienciado como cenário, tanto o natural como o construído pelo homem e também como ambiente que provê sustento e uma moldura para a existência. É ainda uma visão que busca renovar e revalorizar o estudo das regiões sob o ângulo do espaço vivido, isto é, tomando o espaço como uma dimensão da experiência humana dos lugares. (KASHIWAGI, 2004: 85)

O bairro visto, então, como lugar privilegiado do espaço vivido e sentido, pressupõe a existência de uma forte ligação afetiva entre o morador e o seu lugar na cidade, com uma nítida consciência do que lhe representa. Entretanto, pode ser que isso nem sempre corresponda à realidade, mesmo em casos como o do Morro dos Alagoanos, cuja idéia de comunidade coesa e unida é bastante propagada, pois talvez seja uma idéia construída e assimilada por um grupo, mas que não corresponde necessariamente à visão geral de seus moradores. Isso, no entanto, especificamente em relação ao Morro dos Alagoanos será objeto de discussão no terceiro capítulo.

A esse propósito, de qualquer modo, é no lugar onde se mora que a cidade é mais vivenciada e, portanto, onde são construídas mais solidamente as experiências urbanas, expressas nas relações entre o indivíduo e, por conseguinte, seu grupo, com o seu espaço e os grupos sociais neles superpostos.

Faz-se importante, neste ponto, considerar que habitar, portanto, é mais do que morar ou organizar o espaço, mas é também “ver a vida da pessoa como apoiada na história humana e direcionada para um futuro, construir um lar que é um símbolo de um diálogo diário como o meio ambiente ecológico e social da pessoa” (BUTTIMER, 1982: 166). Portanto, consideraremos o lugar, aqui tomado na figura do bairro, ou com mais rigor para o caso do presente estudo, de uma comunidade que compõe um bairro, como o meio privilegiado onde se desenrolam os fatos construtores dessa história humana.

O lugar, enquanto uma das categorias de análise da Geografia, aparece, então, como o ponto de intermediação entre o mundo e o sujeito social, que age sobre o espaço tanto como indivíduo quanto pertencente a uma coletividade (SANTOS: 2008c).

Antes de prosseguir, convém situar o conceito de lugar dentro da Geografia. FERREIRA (2000) afirma ser um dos conceitos mais problemáticos, ao passo que, de acordo com FONSECA (2001), apesar de não ser um conceito novo, foi um dos menos elaborados. O conceito de lugar, entretanto, tem sido um dos principais meios para se buscar entender a complexidade da sociedade atual, através de duas abordagens distintas dentro da Geografia: uma que tem as bases na Geografia crítica ou radical de orientação marxista que concebe o lugar como a expressão da singularidade frente às transformações decorrentes da globalização, como, por exemplo, as discussões presentes nos trabalhos de Milton SANTOS e Ana Fani Alessandri CARLOS; e a outra que vem da Geografia Humanística, na qual é um dos conceitos-chave, de orientação na filosofia fenomenológica e existencialista, para a qual o lugar é a expressão da vivência e da experiência humana sobre o espaço, que tem seus expoentes, entre outros, em Anne BUTTIMER, Yi-Fu TUAN e, em certa medida, Armand FRÉMONT (FERREIRA, 2000; FONSECA, 2001; MELLO, 2005).

Considerando essas diferentes visões e os diferentes aportes teóricos que tem recebido na sua construção, o conceito de lugar aparece imbuído de uma complexidade que o torna fundamental para a compreensão das relações sociais no/em relação ao espaço.

É no lugar, meio através do qual se obtém a consciência do mundo, portanto, que os seres humanos produzem, no cotidiano, a sua própria existência e constroem a história atual com o olhar voltado para o futuro (SANTOS, 2005; CARLOS, 2007).

(...) há também a dimensão da história que entra e se realiza na prática cotidiana (estabelecendo um vínculo entre o “de fora” e o “de dentro”), instala-se no plano do vivido e que produziria o conhecido-reconhecido, isto é, é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. Também significa pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo ou melhor se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é o que se vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição do mundial (CARLOS, 2007: 17)

Nas palavras de CARLOS (2007:17), o “lugar é a base da reprodução da vida”, mais ou menos próximo do que FRÉMONT (1980: 121) afirmava ao colocar que “os lugares formam a trama elementar do espaço”. Há uma grande diferença, no entanto, entre a forma como os dois autores abordam a questão, visto que, CARLOS concebe o lugar como cheio de complexidade, participando na construção do mundo mesmo a partir do que ela chama da tríade habitante-identidade-lugar, sendo o lugar, para ela, definido não somente em função do tamanho e da escala, mas da própria possibilidade que tem de permitir que os sujeitos sociais, nas suas ações mais banais, contribuam para a reprodução do espaço, do qual não se exclui a cidade.

A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 2007: 17).

FRÉMONT (1980), ao contrário, dá a impressão de que o lugar somente tem a possibilidade de se realizar a partir de uma superfície reduzida e de um número pequeno de pessoas, de combinações regionais mais simples, o que é até compreensível, por que aborda o lugar apenas para justificar que a região, um espaço geometricamente mais vasto, pode ser concebida como espaço vivido.

Na verdade, há alguns pontos concordantes, pois realmente não há como identificar o lugar, a expressão do mundo vivido, numa grande metrópole, quando se vivencia seus espaços separadamente ou não se tem acesso a ela como todo. No entanto, é perfeitamente possível em mais do que simplesmente a casa, a rua ou alguns pontos mais expressivos concernentes a vida imediata, o que não quer dizer, entretanto, que em todos os lugares, todas as pessoas vivenciem plenamente mais do que isso em seu bairro. Isso porque, de acordo com Frémont, o lugar se realiza naqueles espaços em que a pessoa tem domínio pleno, como seu espaço de moradia e o trecho de rua em que está inserido. Como coloca FONSECA (2001) considerando o trabalho de CARLOS, a metrópole em si, portanto, não pode ser considerada como lugar, mas ela mesma é a colagem e a articulação de vários lugares.

Essas considerações poderiam levar ao questionamento de qual seria o tamanho do lugar. No trabalho de Yi-Fu TUAN (1983) - como em sua visão o lugar se define pela existência de valores e de laços de intimidade em relação a ele -, essa questão não é das mais importantes, considerando que determinado espaço, a partir do momento que a ele se atribui valor, passa a ser considerado lugar, seja no espaço imediato da residência seja na dimensão da nação, pois esta, embora praticamente jamais seja vivenciada plenamente em sua totalidade, está repleta de símbolos valorativos.

Convém aqui alguns esclarecimentos, pois TUAN (1983) define o lugar a partir da oposição em relação ao que se define como espaço. O lugar é uma “concreção de valor” afirma ele e passa a existir a partir da humanização e da experientiação do espaço. O espaço indiferenciado, e portanto mais abstrato, se transforma em lugar a partir do momento em que é conhecido e dotado de valores e sentimentos.

Retomando, portanto, a discussão sobre a dimensão do lugar, o bairro urbano, por exemplo, entra no que FRÉMONT (1980) chama de espaço social, com uma extensão mais vasta do que seria o lugar em sua concepção e com nível mais complexo de inter-relações, embora, se com uma população reduzida, extensões limitadas e funções mais elementares, a coerência das relações e das percepções continue forte. A impressão que se tem, embora isso possa ser consequência da tradução, é que a cidade, em si, em razão de todos os seus signos proibitivos, os

muros que não se pode transpor, as ruas que não se pode atravessar sempre, representa o espaço-alienação em oposição ao espaço-apropriação/vivido.

É claro que há uma infinidade de signos proibidores ao livre caminhar, ao livre acesso a todos os lugares, tanto de ordem concreta, quanto de ordem simbólica, mas a cidade também permite a vivência plena, pelo menos nos lugares de reprodução da vida cotidiana. Enfim, há potencialidades e restrições e é importante saber identificá-las e não ignorá-las.

Mas o que é interessante em FRÉMONT (1980) é a diferenciação que ele faz do que, em sua concepção, seria o espaço alienado e o espaço vivido:

“A alienação esvazia progressivamente o espaço de seus valores, para reduzir a uma soma de lugares regulados pelos mecanismos da apropriação, do condicionamento e da reprodução social. O homem, estranho a si próprio e aos outros, torna-se também estranho ao espaço onde vive. O espaço vivido [oposto do espaço alienado], ao contrário, deveria participar dessa idéia sempre nova: a felicidade”. (FRÉMONT, 1980: 241)

Pode-se perceber a preocupação do autor no que concerne à cidade, tanto pelo fato de muitas vezes, ser compreendida apenas como uma colagem sem articulação de vários pedaços, o que realmente torna o homem estranho e alienado ao seu espaço, seu lugar de viver, mas também pela própria realidade – os espaços rurais franceses na década de 1970 - que observou para desenvolver as suas idéias.

Nesse sentido, CARLOS (2007) também argumenta que o lugar enquanto porção do espaço de apropriação da vida e meio pelo qual o homem percebe o mundo que o cerca, não pode ser encontrado na metrópole em si, mas que os componentes nele inscritos podem ser encontrados no nível do bairro. Portanto,

a metrópole não é “lugar” ela só pode ser vivida parcialmente [sic], o que nos remeteria a discussão do bairro como o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas — as relações de vizinhança o ir as compras [sic], o caminhar, o encontro dos conhecidos, o jogo de bola, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros, e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar. São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. Trata-se de um espaço palpável — a extensão exterior, o que é exterior a nós, no meio do qual nos deslocamos. Nada também de espaços infinitos. São a rua, a praça, o bairro, — espaços do vivido, *apropriados através do corpo* — espaço públicos, divididos entre zonas de veículos e a calçada de pedestres dizem respeito ao passo e a um ritmo que é humano e que pode fugir aquele do tempo da técnica (ou que pode

revelá-la em sua amplitude). É também o espaço da casa e dos circuitos de compras, dos passeios, etc. (CARLOS, 2007: 18)

Uma outra interessante consideração sobre o lugar é a feita por MELLO (2005: 34):

[o lugar é] emocionalmente modelado, introjetado e revestido de eventos, pessoas, itinerários, lutas, ambigüidades, envolvimentos, sonhos, desatinos, “canções que minha mãe me ensinou”, base territorial e toda sorte de elementos que permite à pessoa se sentir em casa ou, por outro lado, distanciada em meio a um estranhamento topofóbico.

Como se vê, então, compreender o lugar passa pela consideração das muitas abordagens de que tem sido objeto, o que a meu ver, pode ser considerado mesmo como o reflexo da própria diversidade de relações que se estabelecem entre os sujeitos sociais e o espaço onde vivem e se reproduzem.

Essas duas principais formas de se considerar o lugar, longe de serem excludentes entre si, devem ser apreendidas, a meu ver, como complementares embora sem esquecer-se de se levar em conta os contextos nos quais foram sendo construídas. FERREIRA (2000: 81) afirma que a “aparente divisão do lugar em duas correntes de significados antagônicos será, entretanto, sua maior riqueza pois está exatamente no desafio de se harmonizar estas diferenças a resposta a uma série de questões do mundo atual”. Não se trata, portanto, nem de dividir nem de unificar, mas buscar de forma coerente as contribuições múltiplas que permitam levar a um melhor entendimento do mundo, mesmo que seja apenas a porção mais próxima da totalidade que nos encerra.

Além disso, é necessário considerar como o lugar se realiza a partir do cotidiano. Para CERTEAU *et al* (2005), o cotidiano se revela nas artes de fazer, morar e cozinhar, temas trabalhados em seu livro “A invenção do cotidiano”. A propósito da noção de cotidiano inserido na ação de “morar”, CERTEAU *et al* (2005: 31) considera que essa noção é a que inclui “o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo”, elementos esses perfeitamente observáveis nos relatos dos moradores.

Ao retomar o sentido do bairro, CERTEAU (2005) o coloca como aquele lugar na cidade repleta de símbolos impostos por uma ordem maior para a qual o morador irá criar “lugar de aconchego”, em que ele mesmo cria e impõe os seus símbolos ou

suas marcas, tornando o bairro, então, algo que faz sentido para si, através do qual absorve conhecimentos, experiências e estabelece uma teia de relações sociais.

É aqui então que se retomam as idéias de CARLOS (2001) a propósito do bairro para justificar a escolha de tal recorte espacial como objeto de estudo. Nesse seu livro, onde se buscou a inspiração para a o título do presente item deste trabalho, ela coloca que o bairro, inserido na metrópole que produz e reproduz a lógica de uma sociedade global mundializada, é o lugar onde se reproduz a vida cotidiana. É preciso, no entanto, reconhecer as diferenças de escala, pois CARLOS (2001) toma como referência para suas análises a realidade concreta da cidade de São Paulo que caminha no sentido de estabelecer, em suas palavras, a constituição e a mundialização da sociedade urbana¹, enquanto que nosso espaço de análise é a cidade de Vitória. Embora, não guardem semelhanças em relação às suas dimensões nem em relação à importância de ambas as cidades na rede urbana nacional, ou mesmo, mundial, Vitória também se configura como uma metrópole, na qual decisões maiores são tomadas sem se levar em conta o impacto na vida das pessoas, mas que, mesmo assim, continuam vivendo em seu ritmo, levando as suas atividades apesar e além dessa ordem metropolitana que os envolve.

O bairro, então, vivenciado através do corpo, se torna o lugar privilegiado onde se estabelecem as práticas cotidianas por meio de atividades as mais banais como as “relações de vizinhança, o ato de ir às compras, o caminhar, o encontro, os jogos, as brincadeiras” (CARLOS: 2001, 35). E por meio, portanto, desses atos que, como a autora salienta, vistos de fora, são aparentemente sem sentido que os habitantes irão criar laços de identidade com o lugar e com os outros habitantes do lugar.

Dentro do que observou no contexto de mudanças ocorridas em certos bairros da capital paulista por conta das transformações urbanas e sociais resultantes de um projeto urbanístico², CARLOS (2001: 244) considera que seria na dimensão concreta

¹ CARLOS se apóia em LEFEBVRE (1999) para definir a sociedade urbana, que seria o resultado da urbanização completa da sociedade, a etapa seguinte da sociedade industrial, mas que ainda não é uma realidade concreta, a expressão dos tempos atuais, mas sim uma realidade em gestação, ainda apenas virtual, mas ainda assim uma realidade possível de se concretizar no futuro.

² Trata-se de Operação Urbana Faria Lima que teria como objetivo melhorias na rede viária de uma região da cidade de São Paulo. No entanto, além das desapropriações, a nova rede viária provocou alterações nas relações sociais nos bairros atingidos, visto que desfez, pelas desapropriações, relações de vizinhanças há muito estabelecidas, e pela introdução de outros elementos no lugar, tais

do bairro, como lugar de realização da vida, que “ocorre a produção de laços de solidariedade e união dos habitantes, criados nas relações de vizinhança, que colocam em evidência a prática do habitante”.

No entanto, há que se considerar que nem sempre as relações de vizinhança se estabelecem de forma harmônica, sem conflitos, assim como os conflitos que porventura existam nem sempre são brigas ou desordens entre si, mas também visões diferenciadas sobre elementos os mais diversos que permeiam as práticas da vida cotidiana. Assim, buscamos em ELIAS *et al* (2000) as bases para tentar compreender as oposições que se evidenciam nos diferentes olhares a propósito da vida no bairro.

No livro de ELIAS *et al* (2000), eles demonstram com uma comunidade aparentemente homogênea, em termos de renda, níveis educacionais, ou tipo de ocupação, aos olhos de quem é de fora, no entanto, encontra-se bastante diferenciada segundo o olhar de quem é de dentro. No caso da comunidade operária inglesa estudada por Elias e Scotson lá nos idos da década de 1950, os mecanismos de distinção dos diferentes grupos se baseava no tempo em que estavam estabelecidos na região. Os que estavam estabelecidos há mais tempo, tomavam para si as características de famílias portadoras de bons valores e, portanto, pertencentes a uma boa sociedade, enquanto que esses mesmos estabelecidos mais antigos atribuíam aos outros que chegaram a região em períodos posteriores características como se pertencentes a uma espécie de “má sociedade”, marcados pela violência, degradação moral e desestruturação familiar.

Embora no Morro dos Alagoanos as relações não sejam tão tensas como ELIAS *et al* (2001) mostram no caso da comunidade que estudaram, quase sempre aparecem, como procuraremos demonstrar no capítulo 3, elementos que, nas falas dos moradores, serviriam para diferenciá-los do que (acham que) se pensa a respeito deles. Isso porque, ainda que não existam dados estatísticos para demonstrar especificamente o presente caso, é até bastante comum associar áreas ou bairros como o Morro dos Alagoanos a uma série de características negativas, o

como a avenida agora muito movimentada que funciona como uma barreira de acesso aos bairros, a instalação de atividades relacionadas ao setor de serviços e comércio que modificou ou mesmo eliminou as já existentes.

que faz com os moradores precisem o tempo todo reafirmar que não moram num lugar ruim, assim como as pessoas que vivem naquele lugar, de modo geral, não são ruins. Conquanto isso não seja novidade nem seja prerrogativa do Morro dos Alagoanos, problemas existem e são, muitas vezes, visíveis e entra, então, a necessidade de esclarecer que aqueles problemas não se referem a eles e a seus pares, os moradores bons, pertencentes a boas famílias, mas sim a outros que, embora vivam no mesmo bairro, não são da sua vizinhança imediata.

3 – A COMUNIDADE DO MORRO DOS ALAGOANOS

Para quem observa de longe uma comunidade como a do Morro dos Alagoanos, a tendência é pensar que toda aquela região em que se insere na cidade é homogênea, que não existiriam grandes diferenças entre um bairro e outro ou uma comunidade e outra. No entanto, conforme nos aproximamos da realidade, pode-se observar algumas diferenciações que, mesmo sem ser consciente, os moradores acabam replicando.

O objetivo desta fase da pesquisa, então, é procurar compreender como os moradores do Morro dos Alagoanos vivenciam cotidianamente o seu lugar de moradia na cidade.

Primeiramente, convém ressaltar que eventualmente serão feitas referências ao Morro dos Alagoanos como bairro, embora este não seja reconhecido oficialmente pela Prefeitura como tal, como já ressaltado anteriormente, pois é assim que os moradores se reconhecem, como moradores do bairro Alagoano, como freqüentemente afirmam.

Compreender as dinâmicas que permeiam o cotidiano dos moradores do Morro dos Alagoanos não é tarefa fácil por algumas razões óbvias. Primeiramente, para “os de fora”, a impressão que se tem é que nunca se conseguirá uma apreensão total das dinâmicas que lá se desenrolam tanto pelo fato de não se vivenciar cotidianamente aquela rotina, como pelo fato de que todo o conhecimento que buscarmos será o que será captado pelo olhar e pela vivência do morador, o que, de certa forma, é o objetivo principal aqui deste trabalho, mas pode redundar, por outro lado, em informações não necessariamente as mais objetivas, uma vez que sempre haverá a necessidade de mostrar, para quem é de fora, que moram num lugar bom.

Um segundo ponto a ser considerado é o fato de o Morro dos Alagoanos ser um bairro bastante heterogêneo, considerando tanto a origem, a forma das habitações como também a situação social atual dos moradores. Portanto, não é possível buscar um sentido globalizante, um comportamento que seja comum a todos os grupos, o que fez com que desde as primeiras incursões ao Morro dos Alagoanos se buscasse fugir daquela idéia de que toda aquela região é um aglomerado

homogêneo, mas ao contrário, sempre se ter em mente que são pessoas com trajetórias, histórias e ideais completamente diversos que lá habitam, conformando, é claro, dinâmicas sociais que essa pesquisa buscará compreender.

Desse modo, ao primeiro sentido que nos aproxima do Morro, a visão, muitas questões são percebidas a partir de uma observação até mesmo desinteressada do traçado das vias de circulação e da estrutura arquitetônica das residências (conforme anexo 6). Por exemplo, há ruas na parte que foi ocupada inicialmente, enquanto na parte que corresponde a segunda fase da ocupação do bairro, apenas becos e escadarias em sua maior parte. Também na aparência externa das casas, se encontram casas similares as que se encontram em bairros de padrão médio (figura 6), mas também barracos bastantes precários entremeados ao longo do bairro ou localizados em área de risco (figuras 7 e 8).

Figura 1: Rua Colatino Barroso



Figura 2: Quintal com várias residências precárias no Morro dos Alagoanos



Foto: Soraia Nunes Machado, 2009

Figura 3: Detalhe da fachada de residência precária no morro dos Alagoanos



Foto: Soraia Nunes Machado

Nas observações em campo e nas entrevistas com os moradores, dois pontos são tratados com mais atenção, a saber, a história da ocupação do bairro, a relação dos moradores com o morro e com a cidade, entre outros, embora nem sempre seja fácil conseguir adentrar no íntimo das pessoas.

3.1 Histórico e situação da ocupação

No que se refere à ocupação do bairro, duas fases distintas são percebidas, o que não quer dizer que essas duas fases tenham ficado paradas no tempo e que não houve qualquer incremento entre elas, apenas que essas duas fases são bastantes significativas e bem marcantes na história do bairro. No Anexo 6, encontra-se um esquema que demonstra, apenas de forma ilustrativa, as áreas onde ocorreram as essas duas fases de ocupação.

A primeira fase da ocupação do Morro dos Alagoanos teria se iniciado na década de 1920, com trabalhadores que vieram à Vitória trabalhar na montagem da ponte Florentino Avidos, a Cinco Pontes, conforme pode ser conferido no depoimento do senhor Raimundo de Oliveira, 63 anos, antigo líder comunitário, e hoje uma das figuras mais proeminentes do bairro:

Eles estavam a bordo do vapor Lloyd brasileiro, né... Como eles saíam muito do Norte e nordeste do Brasil em busca de trabalho no Rio e em São Paulo... Esse navio passando por Vitória para abastecimento, eles foram informados que estava sendo construída uma ponte em Vitória e que a ponte carecia de mão-de-obra não qualificada, o chamado trabalho pesado. E eles que estavam indo para São Paulo e Rio em busca de trabalho já tinham trabalho, aí muitos deles desembarcam e trabalharam na construção da ponte. Só que concluída a obra, muitos não retornaram mais a Maceió, por que lá eles não tinham trabalho e nem foram para o sul, porque São Paulo era sul e não sudeste porque lá não tinham emprego e ficaram por aqui. Então, aqui tinha um pedaço da mata atlântica e esses desbravadores derrubaram algumas arvorezinhas e começaram a erguer as suas casas. Moradores de bairros vizinhos vieram constatar esse fenômeno. Quando eles foram constatar, todos sem exceção eram do estado do Alagoas.

O senhor Raimundo, por conta das atividades que desenvolve no bairro, tem uma forma especial de se referir ao Morro dos Alagoanos, como também para contar a sua história. Para ele, o fato de o bairro ter sido fundado lá nos longínquos anos 1920 por esses trabalhadores alagoanos é um motivo de orgulho, assim como elemento formador da identidade do bairro, e se resente pelos moradores que não tem essa mesma atitude. Mas para além disso, de acordo com ele, que nasceu no

bairro, após a ocupação por esses primeiros migrantes, o morro dos Alagoanos, ainda receberia um segundo grupo de migrantes, também da região Nordeste, como é o caso de sua própria família, originária do estado de Pernambuco.

Aí você me pergunta: porque pernambucano? Porque os alagoanos que vieram aqui se deram tão bem, tão bem, tão bem, que eles retornaram a sua terra e buscaram parentes e parentes. E como Pernambuco e Sergipe estão muito próximos de Alagoas, então depois vieram uma enxurrada de pernambucanos e sergipanos. No meu caso, meu pai era pernambucano.

A mesma história contada pelo senhor Raimundo como sendo a explicação para o surgimento do bairro, bem como para a sua toponímia, é a mesma repetida por outros moradores ou em outras fontes de informação utilizadas na pesquisa que, provavelmente, buscaram a mesma informação também junto ao senhor Raimundo.

A segunda fase da ocupação do Morro dos Alagoanos teria acontecido na década de 1960, tendo adensado a área do bairro, culminando com a ocupação da face do morro voltada para a baía de Vitória e em volta do campo de futebol do E. C. Alagoano (verificar Anexo 6).

Essa etapa da ocupação do morro dos Alagoanos está fortemente atrelada a questões de âmbito estadual, pois coincide com o momento em que estavam ocorrendo mudanças na matriz produtiva do Espírito Santo, com a transição de uma economia essencialmente agrícola para o início de uma base industrial que impactou fortemente a estrutura populacional de Vitória, sem nenhuma contrapartida do governo no que se refere ao provimento de moradia e outros serviços públicos básicos para a população.

Foi durante o governo de Francisco Lacerda de Aguiar que teria se efetivado essa segunda fase de ocupação do Morro dos Alagoanos, embora não tenha sido possível se definir com exatidão em qual época, pois ele governou o Espírito Santo em dois mandatos (de janeiro de 1955 a janeiro de 1959 e de janeiro de 1963 a janeiro de 1966) e nenhum morador soube indicar uma data específica, apenas a época em que a ocupação de todo o morro se tornou mais significativa.

A propósito da influência do Francisco Lacerda de Aguiar na ocupação não somente do Morro dos Alagoanos, mas também de outros bairros da periferia de Vitória, LIMA JR (1992: 41) faz a seguinte observação:

(...) a área urbana da Capital também receberia significativos impactos da ação populista do Governo Lacerda de Aguiar. Isso porque, apesar de não existir uma

política habitacional definida, nem tampouco uma política de assentamento urbano das populações carentes, Lacerda de Aguiar permitiu “paternalisticamente” que essas populações ocupassem terrenos devolutos na periferia da Capital e morros como o de Gurigica, Itararé, Romão, etc... promovendo dessa forma uma maior dispersão na ocupação do espaço urbano.

O senhor Raimundo fez o seguinte relato a respeito dessa segunda fase da ocupação e da ação do governador Chiquinho:

Aí veio o governo do Francisco Lacerda de Aguiar, conhecido como doutor Chiquinho, talvez o governo mais popular do Espírito Santo, ele era o padroeiro dos pobres. Eu alcancei essa época, ele era tido como o padroeiro dos pobres e nós somos pobres, ainda mais os pobres mais miseráveis, tinham nele assim um protetor, era o Getúlio Vargas do Espírito Santo. Então, ele incentivava essa população que não tinham onde morar a invadir. Então, aqui era uma área verde, e ele incentivou a invasão.

Uma moradora e seu marido também confirmam o papel de Francisco Lacerda de Aguiar no processo que resultou no adensamento da ocupação do morro dos Alagoanos:

Morador: Foi ele que liberou isso aqui para o pessoal. (...) Aqui era de duas viúvas. As viúvas morreram e não tinha mais herdeiros
 Morador: E ficou aqui abandonado.
 Moradora: O governo foi e cedeu.

Dessa forma, percebe-se como o governo do Espírito Santo se absteve de efetuar uma política habitacional, embora, a partir de suas ações, tenha permanecido com uma boa imagem junto a população, conforme se observa no depoimento do senhor Raimundo. É preciso salientar, no entanto, que embora o governo não tivesse coibido a ocupação e mesmo incentivado, foi feita inicialmente sem nenhum respaldo do poder público, tendo demorado algum tempo para se iniciar as primeiras obras de infra-estrutura no bairro.

A parte do Morro dos Alagoanos que teve sua ocupação efetivada na década de 1960 era conhecida como Morro do Martelo, conforme depoimento de uma moradora:

Sabe porque Morro do Martelo aqui? Porque, a minha sogra conta, eles ocupavam isso aqui a noite. E era a noite que eles construíam os barracos, então era barulho de martelo a noite toda. Então, eles vinham a noite e cada um media mais ou menos o pedaço de terra que queria, tanto é que se você observar é um lote quase dentro do outro. Então, foi uma ocupação extremamente desordenada. E foi invadida assim, construídas da noite pro dia as casas.

No documentário “Simplesmente Alagoano” (BONADIMAN e TONINI, 2006) também há relatos de moradores sobre esse momento da história do morro, em que se repetem os elementos narrativos a propósito das ocupações realizadas durante a noite. Essa prática de ocupação de terrenos em áreas urbanas durante a noite, no entanto, não é prerrogativa do Morro dos Alagoanos, sendo aparentemente uma prática bem comum com objetivo de se escapar de uma vigilância maior que poderia haver sobre essas áreas durante o dia¹.

Se hoje em dia, pelo menos no que se refere à aparência externa das residências, o que se encontra são casas, em sua maioria, de um padrão razoável, no início as condições eram bastante precárias.

Raimundo: (...) isso aqui não era rua [Atual rua Padre Guizan], alcancei tudo isso aqui, isso aqui era um beco, ali era um beco. (...) Só havia barracos miseráveis, esgoto a céu aberto, e daqui para cá tudo era verde [além da rua Alfredo Blackman, na direção do campo de futebol], era floresta.

O relato de uma moradora, residente há 35 anos no Morro dos Alagoanos, dá detalhes do cotidiano do Morro dos Alagoanos quando lá chegou, vinda da zona rural de um município do interior do estado, que parece ter sido particularmente duro para as mulheres na rotina para o cumprimento das atividades domésticas. Além da habitação precária, a falta de serviços de água e esgoto e de vias públicas era muito comum naquele momento.

Eu acho que o bairro mudou muito. (...) começava por não ter água. (...) Quando eu casei, era um barraquinho de *tauba* caindo aos pedaços, sujo, sujo e cheio de rato e não tinha nem água pra limpar. (...) Não tinha água, a gente carregava água da cabeça lá da avenida Santo Antonio, e eu grávida! (...) É, lá perto do cemitério, aqui de baixo no asfalto, aqui pro lado de baixo, onde é a rodoviária aqui tudo era mangue. Então tinha umas torneirinhas de água, nuns barraquinhos que pobres moravam aqui do lado de baixo do asfalto que sempre tinha água. A gente descia de madrugada, pedia eles davam, sabe? Naquele tempo, ninguém tinha relógio, né? Fazia fila de balde pra conseguir pegar água. Aí, ele [o marido] trabalhava no Buaiz, quer dizer, ele tinha que trabalhar, e nós *levantava* 3 horas da manhã. Eu tinha um inquilino. Tinha dois barracos aqui, eu morava no grande e no pequeno morava o meu primo. Aí acordava ele, a mulher dele e eu já estava grávida do meu filho, aí carregava e colocava um tiquinho assim de água na caixa e fazia milagre aquele tiquinho de água, né. A água que lavava roupa guardava pra jogar... aquele tempo nem era vaso, era fossa, né. Não tinha rede de esgoto, não tinha rua. (...) [A rua] era um *becozinho*. Até na época que fizeram o projeto da rua, nós cedemos um pedaço do quintal. (...) Todos nós cedemos um pedaço do

¹ Ainda sobre Vitória, SALOMÃO (2006) relata estratégias parecidas durante a ocupação do Morro de São Benedito em Vitória. DAVIS (2007) mostra como ocupações noturnas acontecem em áreas de periferias urbanas de grandes cidades no mundo ao citar os casos de Caracas e Istambul.

quintal. Eu dei a frente do quintal, mais um metro e pouco do meu barraco pra prefeitura poder fazer rua.

Pergunta: E eles indenizaram depois?

Não, eles só fizeram um cômodo. Aqui por a minha casa ser muito pequenininha, eles fizeram uma cozinha de *tauba* aqui nos fundos, né. Como era de *tauba*, você podia mudar as paredes de lugar, então o meu marido chegou as paredes... por que aí praticamente acabou com a minha sala e o quarto que eu dormia, aí o meu marido foi chegando as paredes mais prá cá, aumentou o quarto e fizeram uma cozinha aqui nos fundos pra mim. (...) Todo mundo que *cederam* o quintal, eles fizeram um cômodo de *tauba* nos fundos pra compensar o pedaço que a gente cedeu na época. Os barraquinhos eram encostados no muro do campo², nossa! A gente passava aqui, onde era a loja do meu filho agora, lá, era a D.³, ela tinha tipo uma quitandinha (...) Que era tipo uma pracinha. A gente passava pra comprar pão por esse *bequinho* aí, tinha aquela lama que o pessoal lavava roupa na bacia e jogava assim porque não tinha rede de esgotos, tinha aquela lama pra passar.

De acordo com o Seu Raimundo, pelo que ele se lembra, as primeiras intervenções realizadas pela prefeitura de Vitória no Morro dos Alagoanos foi durante o governo do prefeito Solon Borges (1963 a 1968) que, provavelmente, são as obras de melhoria das ruas e pavimentação ocorrida na área de ocupação mais antiga, sendo que, antes disso, segundo ele, não havia tido nenhuma intervenção de qualquer natureza.

Embora ainda persista uma série de problemas, atualmente os moradores, sobretudo os que vivem a um longo tempo no morro e ascenderam socialmente, a tendência é minorar os problemas atuais, sempre estabelecendo uma comparação com o passado. Hoje em dia, como veremos mais a frente, a preocupação maior é em relação à percepção geral do aumento da violência, visto que os problemas mais graves relativos ao fornecimento de serviços públicos básicos, se pelo menos não foram totalmente sanados, representa uma grande melhoria em comparação ao que viveram em épocas anteriores.

² A área que a moradora se refere é a mostrada na figura 10

³ Como será explicado mais à frente, optei por manter a identidade dos entrevistados e de outros moradores aos quais eventualmente fizeram referências no anonimato.

Figura 4: Residência em área de risco geológico na área conhecida como Barreira



Figura 5: Residências no Morro dos Alagoanos



O abastecimento de água – e provavelmente também o esgoto – no Morro dos Alagoanos só se tornou regular bem recentemente, ainda de acordo com o que viveu uma moradora e sua família:

A água, às vezes, ela vinha uma vez no mês. (...) meu marido botou uma torneira bem aqui no chão, quando de madrugada a gente abria e *tava* pingando, a gente “soltava fogos” de alegria, porque a gente ficava esperando, né, com o baldinho (...). A gente ficava esperando, aí vinha uma vez no mês, vinha água, às vezes não vinha. Às vezes, quando chovia, a gente falava assim “hoje vai chover, de repente a água vem”, aí aparecia de madrugada, caía um tiquinho assim na caixa d’água. A gente não tinha esgoto, a gente tinha fossa, né, pra fazer as necessidades. Aí, nós *lavava* roupa, eu e minha inquilina, nós *tinha* um tanque, nós *guardava* aquela água que lavava roupa dentro do tanque. (...) Aí o meu marido chegava do serviço e pegava aqueles baldes de água e jogava pelo quintal pra poder a água sumir na terra, aí na frente da casa também era terra e ele jogava pra poder sumir com a água, porque se jogasse e descer, agora é tudo muradinho, aquele tempo não, era tudo barraco, aí escorria pelo quintal dos outros. Era uma dificuldade imensa. Pra tomar banho, não tinha água, tomava banho era de... como que fala, banho de cavalo, né... era banho de caneco. Nem chuveiro a gente podia ter, porque a água era... tinha um banheirinho dessa alturinha aqui, a água nunca subia pra encher a caixa!

Pergunta: E eles instalaram a rede, a senhora lembra que época que foi?

Moradora: A rede de água já era instalada, só não tinha água. Não funcionava. (...)

Marido: Água normal aqui foi de cinco anos pra cá (...) mais ou menos de 90 pra cá

Moradora: A bomba que tem lá na pracinha um dia jogava aqui pra nós e um dia jogava pra Caratoíra. Então, eles ligavam 6 horas da tarde pra nós até 6 horas da manhã; durante o dia ninguém tinha água. Aí, quer dizer, quem morava mais lá embaixo, a água chegava cedo. [Para] Nós aqui chegava, às vezes, meia noite, uma hora da manhã. Eu acordava ele e falava “vai ver se tá caindo água”. Aí ele pegava e tirava a bóia da caixa, porque tirando a bóia a água cai mais, né. Aí nós compramos bomba... hoje nós *tem* bomba, mas agora é raro a gente usar. Aí ele comprou uma caixa grande e botou lá embaixo. Aí quando caía de madrugada, tirava a bóia, aí quando enchia a caixa, ligava a bomba e enchia lá em cima, aí a caixa enchia de novo. Pra poder no outro dia... porque a gente sabia que no outro dia a gente não tinha água nem de dia nem de noite. Aí na outra noite. (...) depois de uns cinco anos pra cá, acho que eles reforçaram mais a bomba lá da pracinha. (...) Então, pra baixo da casa de Raimundo tem umas lojinhas, aí o nome daquele lugar ali é Ponto Chic, mas de Chic não tem nada, né? Daí eles botaram uma bomba ali também. Então agora praticamente a gente tem água todos os dias. É difícil o dia que acaba a água e não tem água da rua e sobe toda a noite, ela sobe lá em cima. Então, por isso é difícil ligar a bomba, mas antigamente, a gente ligava a bomba todo dia.

Atualmente, a situação, de modo geral, do Morro dos Alagoanos com o abastecimento regular de água, rede de esgoto e serviço até certo ponto razoável de transporte público, entre outros, é muito diferente da que a moradora descreve e que era a regra há 30 anos, entretanto, essa situação de precariedade não é todo ausente. Basta circular pelos becos e escadarias que ainda se encontram barracos em situação muito precária (figuras 11 e 12), como é o caso do barraco em que vivia o senhor Natanael de Jesus, viúvo, que morava sozinho num barraco de madeira

(figura 11) de quatro cômodos alugado por 60 reais. Embora, atualmente esteja desocupado, o barraco corre o risco de desabar, pois se encontra a menos de meio metro de uma barreira que caiu durante as chuvas de outubro de 2009, o que coloca em risco não somente a ele, mas também seus vizinhos mais próximos – 2 famílias – e as casas localizadas na parte inferior da encosta⁴.

Figura 6: Barraco localizado na Barreira

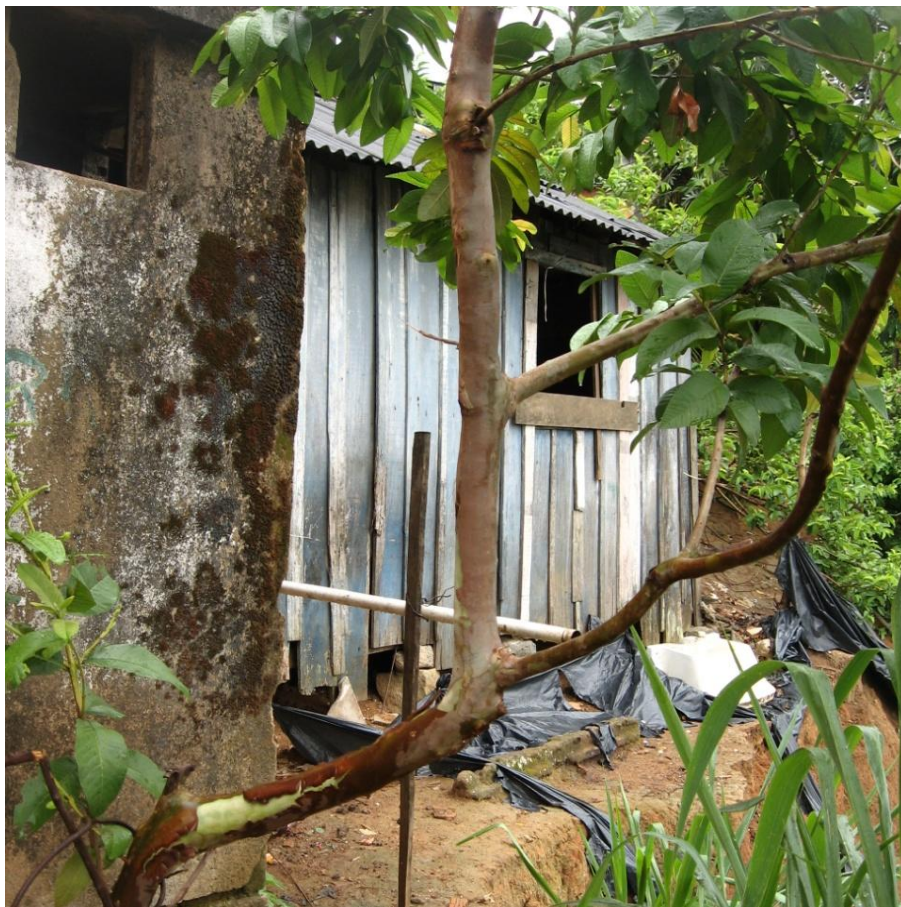


Foto: Soraia Nunes Machado

⁴ O barraco ainda lá se encontra e ainda não foram feitas intervenções para contenção da barreira que desabou. O Senhor Natanael não vive mais nesse barraco, tendo-o abandonado no final de 2009. Eu conheci o senhor Natanael quando fui ao morro num dia chuvoso junto com a Soraia para fazer algumas fotografias. Na ocasião, fazíamos fotografias da vista que se tem da Segunda Ponte, quando uma senhora nos interpelou sobre o que fazíamos lá, acreditando que éramos funcionárias da Prefeitura e estaríamos lá para finalmente resolver o problema deles. No entanto, nem o cadastramento do Senhor Natanael junto à Defesa Civil surtiu efeito, pois a situação não se modificou

Figura 7: Residência precária localizada próxima ao campo de futebol



Além das questões de infra-estrutura e serviços urbanos, outro problema permanece sem resolução. Embora não seja a preocupação principal pelo que foi observado até então, a situação fundiária continua irregular. Em regra, nenhum morador do Morro dos Alagoanos – mas provavelmente toda a região do entorno também – não possui a escritura que atesta a propriedade do terreno/imóvel em que residem, pois de uma forma ou de outra e não importa a época, a formação do Morro dos Alagoanos se deu, conforme já descrito acima, a partir da ocupação de terra pública. O único documento que atesta a propriedade do terreno/imóvel é o recibo da compra.

Não há, até então, relatos de que tenha havido qualquer tipo de conflito pela área, e como o bairro já se encontra consolidado há um bom tempo, os moradores, geralmente, não se preocupam com essa questão. Gostariam, é claro, de obter o título definitivo da propriedade que seria garantido pela escritura, que, ao que parece, é a próxima reivindicação da comunidade no orçamento participativo, mas, no caso da maioria das famílias, se encontram respaldados pelo recibo assinado em cartório que possui.

Morador: (...) só tem recibo. Na região toda é assim (...). Em toda essa parte de Vitória, ninguém tem escritura.

Moradora: A gente é *doido* pra ver se consegue [regularizar a situação fundiária], mas a mulher [funcionária da prefeitura de Vitória] (...) diz que tentou, mas disse

que tá difícil. Mas dizem que lá pelo lado de Nova Rosa da Penha, eles estão conseguindo de graça a escritura (...) porque lá foi invasão também igualmente aqui, né, que aqui também foi invadido na época, por isso tem gente que chama de Morro do Martelo. (...) Nós compramos de gente que já comprou de outra pessoa, aí tem recibo registrado em cartório.

Figura 8: Ligação ilegal na rede de energia elétrica



Foto: Soraia Nunes Machado

3.2 Elias (e Scotson) no morro⁵

Para aplicar as idéias de Elias e Scotson ao caso do Morro dos Alagoanos, é preciso, no entanto, estabelecer algumas adaptações. Primeiramente, é preciso esclarecer que estamos cientes das distâncias temporais e sociais inerentes a cada uma das sociedades em questão. Em segundo lugar, não se trata aqui de estabelecer comparações entre as duas comunidades, mas sim de buscar elementos explicativos no trabalho de Elias para procurar melhor compreender as questões observadas no Morro dos Alagoanos.

Em “Os Estabelecidos e os *Outsiders*” de ELIAS e SCOTSON (2000), o “nós”, ou seja, os estabelecidos, se referem aos moradores da área mais antiga da região estudada e o “eles”, os *outsiders*, aos moradores que teriam lá se instalado posteriormente. No caso do morro dos Alagoanos não há uma separação tão evidente nem tão problemática, como a da comunidade estudada por Elias e Scotson, mas essa necessidade de se diferenciar áreas dentro do bairro é percebida na maior parte das conversas com os moradores. Se são os moradores da área que foi ocupada inicialmente a falar, é comum ouvir referências a parte que foi ocupada posteriormente e que é mais precária como “lá em cima” ou “lá pra cima”, às vezes somente com intenção de diferenciar sem atribuir qualquer adjetivo negativo, mas esclarecendo de forma objetiva que não pertence “aos lá de cima”, ou ainda de forma mais explícita, como no caso de uma jovem que me acompanhou numa tarde pelo bairro e, quando, entramos em uma das vielas nas imediações do campo de futebol disse “Aqui começa a barra pesada”.

Como exemplo, a seguir, um trecho da conversa com uma jovem estudante na qual explica como, apesar de ter vivido toda a sua vida no bairro, ela não transita com muita freqüência pelo mesmo e, embora para ela isso não tenha importância, a divisão “em cima” e “embaixo” se evidencia.

Até que aqui no próprio bairro não [costuma andar]. Por exemplo, ir lá pra cima, não sei quanto tempo, desde o Femusquim... acho que é só quando tem Femusquim que eu vou prá lá. Ou se eu tiver que ir no posto de saúde, uma eventualidade assim, mas aqui mesmo é só pra sair, mas nos bairros vizinhos eu

5 O título deste item é inspirado no título que Loïc Wacquant deu a um dos capítulos de seu livro “As duas faces do gueto” (Wacquant, L. Elias no gueto. In: Wacquant, L. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008). Enquanto em seu trabalho Wacquant se utiliza da obra de Elias “O processo civilizatório” para buscar uma definição satisfatória para o conceito de “gueto”, aqui iremos nos utilizar de alguns elementos presentes na obra “Os estabelecidos e os outsiders”, realizada em conjunto com John L. Scotson (ELIAS, N; SCOTSON, J.L., 2000).

costumo andar sim, principalmente Santo Antonio. (...) Eu conheço gente que mora lá [na parte de cima]. Pra mim é coisa de distância física mesmo.

Na conversa com uma moradora de 55 anos, que mora no morro dos Alagoanos desde que nasceu, com exceção de um período muito pequeno logo que se casou quando morou em outro bairro, por outro lado, há mais elementos de como essa parte do bairro foi ganhando esses adjetivos de lugar “barra pesada”. Neste trecho da entrevista, ela explicava porque tinha deixado de freqüentar o Femusquim por alguns anos, quando este, realizado em frente à Igreja São Sebastião, passou a ser realizado no campo de futebol:

Este ano eu fui ao Femusquim, me senti até segura, mas eu demorei pra poder adaptar pra eu ir lá. Porque quando era aqui, (...) a rua da gente virava estacionamento (...). Mas depois que foi pra lá, eu fiquei receosa, eu demorei uns três anos pra fazer a minha cabeça pra ir lá

Pergunta: Você achava que lá era perigoso?

Sim. Por que quando você conhece e você sabe as pessoas que convivem naquele lugar... até tive a oportunidade de ir lá e ver cenas que eu não gostaria de ter visto, entendeu? A imponência deles pela violência, né, pessoas com arma na mão, apontando, olhando, em cima do muro do campo. (...) Eu nem lembro como foi isso (...). Aqui, nesse pedaço aqui, teve uma época que foi muito mais tranqüila. Realmente as ações mais violentas, essas coisas todas, era do campo pra lá. Nem na frente do campo, você não via isso. A frente do campo era tranqüila. Era pra lá, naqueles becozinhos.

Um morador de 55 anos, também nascido e criado no morro dos Alagoanos conta como, apesar de ter freqüentado muito a parte mais alta do morro quando criança para jogar futebol no campo, hoje em dia não mantém relações com essa parte do bairro. Para ele, não seria nem questão de preconceito, mas simplesmente de vias diferentes tomadas ao longo da vida, pois quando jovem, foi se afastando naturalmente da vida do bairro, pois estudava e desenvolvia quase todas as suas atividades fora do Morro.

É interessante. A gente fez uma espécie de casta. A gente não se deixou contaminar pelo restante (...) pela circunvizinhança. Tanto é que o nosso relacionamento, ele ficou muito restrito. Se eu disser pra você o que acontece dessa igreja, aqui tem uma igreja católica, da igreja pra cima, eu não sei nada do que acontece. Lá em cima tem um campo de futebol, que eu vivia lá dentro, de manhã, de tarde, de noite jogando pelada, mas eu fui obrigado a me afastar, por que a coisa ficou de tal maneira, que os chamados colegas já não serviam mais como colegas. (...)

Quando questionei se os problemas mencionados são reais e não apenas construções imaginárias que talvez nem partissem dos próprios moradores que,

como conseqüência, formaria essa idéia de que uma área seria mais perigosa que outra, quando na realidade poderia não haver tanta diferença, uma moradora de 24 anos me respondeu o seguinte:

Lá em cima é um pouquinho mais, eu não sei como é, porque eu não conheço muita gente lá de cima, mas que eu ouço falar é que é barra pesada lá pra cima

Mas mesmo para quem mora próximo a essa área que é considerada mais perigosa, que as demais, ainda assim, busca-se se diferenciar, como se vê na fala de uma senhora de 76 anos.

Pergunta: A senhora acha que aqui é perigoso?
Tem perigo, minha filha (...). Mas aqui na nossa rua não. Mas mais lá pra baixo (...)

Então, percebe-se que sempre essa cisão “em cima” / “embaixo”, e embora nem sempre seja com conotação negativa, mas, às vezes, apenas para expressar a distância física, a distância social também se sobressai. No caso da senhora de 76 anos, ela mora no limite do início da área considerada perigosa e de má fama, entretanto, ela ressalta que não é bem na rua dela o problema, sendo que o “mais pra baixo” a que ela se refere é a parte que está voltada para a baía de Vitória, de ocupação mais recente.

Os limites, portanto, de onde é considerado perigoso é um pouco fluido e, na verdade, nem é necessariamente na parte mais alta do morro. A parte mais alta do morro é a parte onde está localizado o campo de futebol do E. C. Alagoano, que é também a parte plana⁶ do morro. A área onde os moradores freqüentemente se referem como sendo a “barra pesada” é a que está na vertente do morro voltada para a Baía de Vitória, embora os moradores que vivem na área de ocupação mais antiga não costumem fazer essa diferenciação, mas apenas considerem como perigoso toda a área que se encontra nas proximidades do campo de futebol. Por outro lado, os que vivem dentro da área considerada perigosa pelos demais moradores não tem essa percepção. Para eles, os problemas relacionados a violência existe em todos os lugares e não há diferença entre a área que habitam e o restante do Morro.

⁶ Ver anexo 6, o mapa do bairro com as curvas de nível

Nesse sentido, é interessante considerar que uma das idéias considerada inicialmente para o desenvolvimento do projeto que resultou no presente trabalho era justamente verificar se haveria alguma diferenciação entre o Morro dos Alagoanos (e Caratoíra) dos bairros adjacentes por conta da realização do Femusquim e outros eventos ligados a música que atraem um público considerável ao Morro em algumas épocas do ano.

O Femusquim⁷ é um evento que é realizado todo ano no Morro dos Alagoanos, cuja 14ª edição aconteceu em 2010. Inicialmente, as apresentações dos grupos musicais aconteciam na rua em frente à igreja São Sebastião. Com o tempo, por conta da dimensão que o festival adquiriu não comportando mais a quantidade de visitantes na rua estreita, o festival passou a ser realizado dentro do campo de futebol.

Embora muitos freqüentadores tenham considerado que o fato de o festival ter deixado a rua e passado para o campo tenha descaracterizado o evento, como se antes, na rua, o evento tivesse mais as características daquilo que se propõe, um evento cultural construído a partir de uma sólida base comunitária. Dentro do campo, é como se o evento tivesse sido “domado” e retirado de si algo que pode ser considerado um caráter exótico. O que quero dizer é que os freqüentadores, ao subir o Morro para o Femusquim, esperam não só que o lugar seja tranquilo e seguro, para que possam se divertir tranquilamente e ouvir música de qualidade, mas que o evento também tenha “cara” de comunidade⁸.

O evento em si foi criado como um projeto pessoal do senhor Raimundo, que gosta do estilo de música apresentado no festival e que, ao ver um evento semelhante em uma cidade que visitou, pensou ser interessante desenvolver algo parecido no lugar onde nasceu e viveu a vida toda, exatamente com o objetivo, de acordo com ele, de melhorar a imagem do bairro junto a cidade.

⁷ Festival de Música de Botequim. No formato atual, conta com apresentações, durante três dias, de grupos de samba e chorinho.

⁸ Durante o Femusquim de 2008, quando os objetivos deste trabalho ainda não estavam muito bem delineados, foram colhidas opiniões de vários freqüentadores. As pessoas foram abordadas aleatoriamente e questionadas, entre outras coisas, se já haviam freqüentado outros Femusquim e qual era a diferença entre a época que o evento realizado na rua e as últimas edições realizadas no campo de futebol, sendo que, para os que já haviam freqüentado várias edições, era comum respostas do tipo: “antes era mais aconchegante”; “o Femusquim perdeu a originalidade”; “hoje está mais elitizado”; “perdeu o charme, a essência”.

Talvez pelo menos parte do objetivo do senhor Raimundo tenha sido atingido visto que, atualmente, os eventos⁹ que idealizou para o Morro entraram para o calendário cultural da cidade e recebem apoio da Prefeitura de Vitória para que sejam realizados. Embora haja uma série de divergências, os moradores, mesmo os que não gostam do tipo de música apresentado no festival, concordam que o evento contribui de forma significativamente positiva para a imagem do bairro e, conseqüentemente, dos moradores.

É nesse sentido que mencionei antes a possibilidade de possíveis diferenciações simbólicas entre o Morro dos Alagoanos e os bairros localizados nas proximidades. No entanto, quando questionados, os moradores geralmente não davam importância a isso. Para eles, de forma geral, não havia diferença significativa entre Alagoano/Caratoíra e os vizinhos, com exceção de Santo Antonio, mas isso por conta da presença aí de alguns serviços que a população precisa ter acesso cotidianamente, como correspondentes bancários, farmácias e outros tipos de comércio. Portanto, não há uma diferença simbólica entre o Alagoano e os bairros adjacentes a não ser pela presença/ausência de comércios e serviços. E é assim também que estabelecem comparações com o restante da cidade. Os bairros de Vitória onde predominam as classes dominantes como Mata da Praia e Praia do Canto são considerados melhores por eles apenas porque tem mais opções de comércios e serviços e porque, aparentemente, há uma maior atenção do poder público a essas áreas do que haveria em relação aos bairros habitados pelas classes trabalhadoras.

Esse tipo de argumento surgia em quase todas as conversas com moradores do morro, sobretudo quando os questionava a propósito dos pontos negativos do bairro e das diferenças entre o bairro de antigamente e o bairro de agora. Invariavelmente, as respostas variavam em considerações relativas ao crescimento da violência no bairro ao longo dos últimos anos.

A violência, no início do desenvolvimento do trabalho, não era um tema a ser desenvolvido. No entanto, em quase todas as conversas, o crescimento da violência era o principal o motivo a ser considerado em três dos temas abordados: os pontos

⁹ O Femusquim não é o único evento relacionado à cultura que acontece no Morro. Em abril, acontecem shows em homenagem ao dia Nacional do Choro. Frequentemente, acontecem também outras atividades, como o Festival do Sururu com Quiabo, embora sem a mesma regularidade dos outros dois eventos citados.

negativos do bairro, a diferença entre o presente e o passado do Morro e os motivos que levariam o morador a deixar o Morro para viver em outro lugar.

Mesmo que seja um tema que se sobressai em praticamente todas as conversas, freqüentemente os moradores ressaltam que a violência é algo que existe, mas que não os afeta diretamente, embora seja algo que os incomoda. Assim, além de sempre retomar a idéia dos problemas estarem concentrados “lá em cima”, os moradores mais velhos sempre evocam o passado, o tempo de suas infâncias e adolescências como uma época em que o bairro era melhor, apesar da pobreza e da falta de infra-estrutura tanto do bairro quanto de suas famílias.

Moradora (55 anos): Era um bairro mais, podia até dizer assim, mais vivo, entendeu. Mais crianças, mais brincadeiras. as próprias ruas facilitavam pra determinadas brincadeiras, porque hoje o asfalto cortou um monte de brincadeiras. Por isso eu falei pra você: eu tive uma infância muito feliz aqui. (...) E aqui a vantagem, a casa dá pra duas ruas. Então a gente brincava e corria por aqui (...). O portão sempre foi aquele ali no mesmo lugar. Então isso aqui era uma festa.

Moradora (53 anos): O bairro na minha infância era um bairro bem de periferia mesmo, não tinha calçamento, as ruas eram tudo de barro, as ruas eram mais estreitas, as ruas de barro. Quando chovia, pra gente brincar, era escorregando na lama. Eram as brincadeiras da gente. e assim, em matéria de infância, de brincar, a rua era nossa, né, a gente brincava na rua. sentava... os pais da gente sentava do lado de fora e a gente ficava na rua brincando, as brincadeiras de esconde-esconde, de pique, de passa anel, aquelas brincadeiras de infância mesmo (...) De brincar mesmo, poder ir pra rua brincar, sem perigo, sem nada. Uma é que não passava carro aqui. Era um lugar bem tranquilo mesmo pra se viver. (...) Os meus filhos cresceram aqui, mas a infância deles já foi diferente. (...) Então, os meus filhos não tiveram infância de rua, não tiveram infância de brincar na rua.

Morador (55 anos): O certo é que não havia violência, então era comum meninas brincar com meninos numa boa sem segundas intenções (...).Mas a gente tinha uma vida assim muito tranquila, muita livre. A mãe não se preocupava, né, em ‘Deixe eu ver onde meu filho tá. Ele saiu de casa. Deixe eu ir atrás dele. deixe eu ver o q ele tá fazendo’. Isso nunca... a gente não viveu essa época. (...). Nós hoje vivemos com medo de tudo e de todos, né. Hoje um portão desses que bate aí, você não pensa que é um vento que bateu o portão, né. Você já pensa que é um assaltante que tá querendo entrar na sua casa. (...) a minha filha mais velha, ela já entrou num mundo, ela já veio numa época que a violência já começou a aparecer. (...) Pra escola, a gente já tinha que levar. Minha mãe me levou só no primeiro dia, talvez.

A idéia de que o bairro antigamente era mais calmo, sem violência, é predominante entre os que nasceram ou moram desde pequenos no bairro como nos exemplos acima citados. Entretanto, quanto mais anos de estudo possui o morador, como é o caso desses três cujos depoimentos estão acima citados, todos com formação

superior, a tendência é ressaltar o problema, mesmo que, no fim das contas, afirmem não pensar em sair do bairro, considerando o mesmo um lugar bom para se viver, apesar dos problemas existentes.

Por outro lado, moradores com menos anos de estudo, independente do tempo que residem no bairro, reconhecem a existência da violência, mas não a atribuem tanta importância no lugar, mas sim um fenômeno que existe em todos os lugares, inclusive nos bairros ricos.

Morador (59 anos): Gosto muito desse bairro, maravilhoso. Os moradores daqui, essa rua nossa aqui, essas três ruas aqui, são sossegadas, não tenho nada contra mesmo aqui. Existe o lado bom, mas existe o lado ruim também. A gente procura fazer sempre o bem, mas sempre tem aquele que vem com a intenção de fazer o mal e a gente se separa dele se ele vem lá com intenção do mal, você corre e se esconde dele e vai levando a vida. Esse negócio que a droga tá invadindo os bairros, a cidade, tá realmente, mas se a gente for ver isso, minha nossa, ninguém vive!

Pergunta: Quando a senhora se mudou pra cá, como que era o bairro?

Moradora (81 anos): Não era como é agora não

Pergunta: E qual que é a diferença daquela época pra hoje?

Moradora: Ah, era muito melhor. Não tinha esse negócio de droga aqui em cima

Pergunta: Não tinha na época?

Moradora: Não tinha. Agora tá demais.

Pergunta: o que a senhora considera as coisas boas de um lado e as coisas ruins aqui do bairro

Moradora (53 anos): Ah, mas tem mais boas do que ruins (...) Aqui tem um monte de drogas, mas não me incomodam (...). Graças a Deus eu criei os meus dois filhos aqui, graças a deus nenhum dos dois tem mal costume de nada, sabe, não tem vício nenhum. Espero criar os meus netos aqui também e tenha o mesmo caminho do pai e da tia que nunca foi se misturar, né, com...

Morador (45 anos): Tem muitos, muitos, muitos mesmo [famílias de trabalhadores no morro]. É claro que tem aquela parte também, mas não é só no morro que tem, né? Bandido não é só no morro, né? No morro tem muitas pessoas de bem, que trabalham, que criam seus filhos também certo, só que como em todo lugar tem sempre um que vai seguir um caminho errado. Não é só pessoa que é pobre que [toma] caminho errado (...).

Portanto, o que se sobressai, a partir do reconhecimento da existência de problemas relacionados à violência no lugar de moradia é buscar retirar, do seu lugar de relacionamento imediato, o problema. Antes de prosseguir é necessário considerar que, talvez, a violência não seja algo tão grave assim no Morro. Conforme o anexo 4, as informações disponibilizadas pelo Ciodes (Centro Integrado Operacional de Defesa Social) para os últimos anos mostram como há outros bairros próximos ao Morro dos Alagoanos/Caratoíra que, pela análise apenas superficial dos dados de

criminalidade, são bairros aparentemente mais problemáticos¹⁰. Talvez, os moradores sempre entendessem que precisavam se defender como se eu tivesse ido ao Morro apenas para mostrar o quão problemático poderia ser o lugar, quando meu objetivo era outro. Mas como não podiam ignorar ou fingir que não existem problemas, surge então a necessidade de esclarecer que os problemas que existem não se referem exatamente a eles, mas a certas áreas, mesmo que seja no mesmo bairro, não é exatamente onde moram, mas um pouco além ou pouco acima.

Então, retomando as idéias discutidas, mesmo que o Femusquim tenha feito com que o Morro dos Alagoanos se projetasse no imaginário sobre a cidade como um lugar tranquilo, com eventos culturais a que se pode curtir tranquilamente sem haver preocupações relacionadas à violência, os moradores em si reconhecem a existência de problemas, mas como algo relegado a certos lugares no bairro. Entretanto, os moradores das áreas consideradas perigosas pela maioria, não consideram que haja diferenças significativas dentro do morro:

Morador: Não, não existe não. Alagoano e Caratoíra é feito uma união. Os dois bairros são unidos. Não existe contradição, não existe diferença nenhuma entre um bairro e outro. Todas as duas comunidades se entendem direitinho. (...) O problema nosso aqui é o posto de saúde que tá tendo um péssimo atendimento.

O que não quer dizer, entretanto, que os moradores de outras áreas assumam formalmente que há uma divisão dentro do morro com uma área considerada mais calma, com maior integração entre os vizinhos e outra mais problemática onde as questões relacionadas à violência e ao tráfico de drogas se sobressaem que coincidiria com a parte do bairro que foi ocupada posteriormente e que é a mais precária em termos de infra-estrutura. Isso é algo que está implícito nas falas, mas talvez não seja uma opinião consciente, apenas mostra a necessidade de se justificar, para alguém de fora, que não os conhece, porque ainda continuam morando num lugar com tantos problemas mesmo que tenham condições financeiras para viver em outros lugares.

¹⁰ Aqui o ideal seria a construção de taxas brutas com os referidos dados, isto é, relacionar os dados de criminalidade à população da área em que ocorre, o que permitiria uma comparação mais eficaz da informação. Entretanto, isso não foi possível devido a dois fatores: inexistência de dados populacionais atualizados por bairro para o período analisado e o fato do Alagoano não ser um bairro oficial, o que, portanto, inviabilizaria o cálculo de taxas brutas.

Nesse sentido, convém considerar que, embora não seja regra, há uma dificuldade maior para moradores não nascidos no bairro em se adaptar. É o caso de uma moradora de 38 anos, há 17 vivendo no bairro:

[eu tenho o sonho de] morar num lugar onde eu possa sair com os meus filhos, andar pelas ruas sem ter medo, levar as crianças para uma praça sem ter medo. Aí meu marido vira e fala: mas a violência existe em todo lugar, mas aqui a gente convive com ela, a gente vê a arma de perto. Ele diz, ah, mas lá nos outros bairros também existe isso. Eu concordo, mas não sei se é assim tão evidente, se é tão a mostra. (...) houve uma época que veio um pessoal da Faesa¹¹ conversar comigo também. O seu Raimundo sempre traz, eles procuram ele, né. Então o seu Raimundo, ele trouxe e a menina estava com a câmera. Então, eu inventei uma história. Eu tive que fazer uma fantasia do que era o morro. Eu não falei o que realmente estava no meu coração.

Outro exemplo, é a fala de uma moradora que, embora tenha vivido a maior parte de sua vida no morro e criado lá as suas filhas que já são adultas, parece ainda não ter se ao bairro e vive lá apenas por não haver outra opção.

Eu moro aqui, porque a minha casa foi construída aqui. Eu não gosto daqui. Aqui não tem nada. (...) Se quiser coisa, melhor, tem que sair do bairro (...), porque aqui mesmo, não te oferece nada. (...) Os filhos daqui mesmo. Eles crescem, eles estudam e não ficam aqui. Porque não tem como. Quem tem estudo sai daqui. Sai mesmo. Procura coisa melhor, melhoria, né? Quem gosta, quem ama mesmo fica. Eu pelo menos, futuramente, elas estando no canto delas, as minhas filhas, eu vou alugar isso aqui e dar um jeitinho de ir pra perto de uma praia, onde a gente pode caminhar, onde pode andar.

Para essa moradora, o problema de não querer continuar vivendo no morro não está relacionado à violência, pois para ela não interfere diretamente na vida de sua família e justifica o fato de não gostar do morro apenas pelo morro não oferecer boas oportunidades aos moradores e aos jovens.

A gente tem conhecimento com gente boa e gente ruim ao mesmo tempo. Pra gente que mora a bastante tempo aqui não tem muito perigo. Eu durmo bem de janela aberta. Eles não tem como mexer com a gente que mora a bastante tempo. Essa é a vantagem. Aqui, graças a Deus, é tranquilo. Bastante tranquilo, onde a gente mora. (...)

Não se enturmar com a vizinhança no Morro, no entanto, não é algo exclusivo para moradores não nascidos no morro. A moradora de 53 anos, vivendo desde os 7 no Morro, pondera que, conforme foi estabelecendo a sua vida profissional fora do Morro, aos poucos foi criando uma barreira entre a sua família e a grande maioria de seus vizinhos.

¹¹ Ela se refere ao documentário “Simplesmente Alagoano” (BONADIMAN, A. B.; TONINI, L., 2006).

Meus filhos são doidos pra mudar daqui. Eles não gostam daqui. (...) quanto a morar aqui, eu gosto, é um lugar bom. Tem ônibus na porta da casa, é tudo asfaltado. Hoje em dia eu gostaria de mudar daqui [por causa] dos jovens que tão aí, que botam o carro de funk nas alturas. Atrapalha escutar a televisão, escutar o telefone. Tem que ficar com a casa toda trancada pra conseguir ouvir alguma coisa dentro de casa. (...) Mesmo estando errados, você não pode chamar a atenção. Fora isso eu gosto de morar aqui. (...)

Para ela, é como se houvesse apenas uma diferença de hábitos entre sua família e outras, uma vez que, nas suas palavras, a sua família privilegia os estudos, o trabalho e a igreja, enquanto em outras esses valores parecem não ser levados a sério, com jovens marcados pelo fracasso escolar, desemprego e hábitos considerados ruins. Entretanto, no desenrolar da conversa, ela acaba revelando o quanto se sente constrangida com os hábitos da juventude e com a violência que acaba interferindo na sua vida.

Tem o bar ali do lado. Eles botam o carro de som do outro lado da rua, aí dá de tudo, né. Droga, tudo. Então, você nem pode chegar na janela, porque eles pensam que você está vigiando (...). Mas enfim, eu ainda digo que aqui é um lugar bom pra se viver. As atividades culturais aqui são inúmeras, né (...). Mas no resto acho que, acho que... se você me perguntar assim se eu gosto daqui, eu acho que não.

Sobre o aumento da violência no bairro, ela faz a seguinte consideração:

(...) Eu acho assim, "você não mexe comigo, eu não mexo com você". Eles estão lá vendendo as drogas deles, se eles não vem invadir o meu espaço, é eles pra lá e eu pra cá. (...) Sempre teve, mas era mais lá pra trás. (...) Até onde eu moro, até aqui é um lugar bom, daqui pra trás, o negócio sempre foi... lá sempre foi barra pesada. Mas agora de um ano pra cá, um ano, um ano e meio pra cá, aí a coisa ficou ruim pra todo mundo, foi se espalhando (...). Eu falo que a violência, a droga não tem mais jeito. (...) Todo lugar tem isso, não é só aqui. A gente vai tentando se adaptar, né, convivendo, tentando não incomodar eles, pra não incomodar a gente. Aqui a única coisa realmente que me incomoda e me incomoda muito é o barulho. (...)

Para os moradores mais jovens, que já cresceram num ambiente parecido com o que vivenciam hoje, com maior controle e sem tanta liberdade quanto seus pais teriam tido há cerca de 40 ou 50 anos atrás, portanto, a violência é encarada como algo que, apesar de existir no bairro, não está presente diretamente na vida delas.

Moradora (42 anos): Tem o problema da violência, do tráfico de drogas, mas quem é o cidadão que é assim direito, que cuida da sua vida, isso não atinge diretamente, porque ouve que a pessoa matou ali, mas são pessoas que tão envolvidas com isso. A gente (...) vive isso, mas não estamos diretamente ligados a isso.

Moradora (21 anos): (...) Teve uma época que subia carro direto aqui da polícia. Mas o que sobe, o que desce de carro, eu não sei o que está acontecendo. Os carros sobem, eles vão lá pra cima, mas não sei o que tá acontecendo. Porque a

gente tá aqui, um pouco mais afastado, alheio aquela situação que acontece lá. Nunca sei o que tá acontecendo. (...) Não é como no Rio de Janeiro que a gente ouve falar que a polícia invade e mexe com a comunidade inteira. (...) Eu vejo assim.

Moradora (24 anos): (...) É, por que aqui na realidade, é como se fosse o pé do morro, é o começo do Alagoano. Aqui a gente só tem conhecimento das coisas que acontecem. Aqui a gente não vê muita coisa acontecendo, mas é um lugar que eu gosto muito por que a gente veio morar aqui eu tinha 18 anos; já morei ali em baixo também um pouco mais pra baixo, quando eu era mais nova, mas enfim, a minha juventude ativa foi aqui. Então, eu sempre tinha liberdade, na época, meu pai e minha mãe viajavam, eu saía pra balada, voltava de madrugada, às vezes no outro dia, e nunca tive problema com violência, nem medo de chegar em casa de noite, andava aqui de noite tranqüila. (...) É lógico que é assim, de vez em quando a gente vê gente fumando essas coisas, consumindo alguma coisa aqui na rua, mas não é muito comum. (...) Questão de insegurança não tem, pelo menos pra gente que mora aqui.

Em relação ao que se consideram pontos negativos do bairro, além das questões relacionadas à violência, o que mais se sobressai é a falta de opções de lazer, o transporte público e, eventualmente, o atendimento da unidade de saúde¹².

No que se refere ao transporte público, o problema maior se relaciona ao fato de o ônibus que circula no Morro dos Alagoanos realizar um trajeto muito curto, o que faz com que, em determinadas circunstâncias, os moradores tenham que tomar dois ônibus até o seu destino final e também ao fato que os intervalos entre as viagens sejam muito longos, o que, no entanto, é suprido pelas linhas que atendem aos bairros vizinhos e passam nas proximidades do Morro.

Muitos moradores, inclusive relacionam a proximidade com o centro de Vitória como um fator positivo para evitar a profunda dependência do transporte público, visto que podem realizar a pé o trajeto entre o bairro e o centro para realizar as suas atividades, como ir ao banco, ao comércio, pagar contas, entre outras. É por isso que, nas conversas, o transporte público não era um assunto muito abordado e raramente como um aspecto negativo, o que se percebe na fala da moradora de 21 anos, quase em tom de desculpas quando considera que o único problema para ela, atualmente, de morar no Morro é não ter uma linha de ônibus que ligue diretamente as proximidades do Morro com a Ufes:

O transporte é a única coisa. Não sei se é uma coisa... é bem pessoal: o ônibus não vai até a Ufes. E apesar de eu achar que o ônibus que faz a linha aqui é um dos menores trajetos de Vitória, porque ele sai daqui e vai pro bairro da Penha

¹² Encontra-se em construção no Morro dos Alagoanos, obra decidida no Orçamento Participativo, um prédio que irá abrigar a nova Unidade de Saúde, com uma capacidade bem maior de atendimento.

(...). Na minha opinião, ele podia aumentar um pouquinho mais o trajeto e sei lá, pegar o Horto ali, ir pra Ufes e depois voltar. Não sei. Opinião Minha.

Para os jovens e para as famílias com filhos pequenos, a falta de área de lazer é algo preocupante, visto que, as ruas, além de atualmente não ser considerado adequado deixar os filhos brincar livremente pelo bairro, não há espaço suficiente além de ter aumentado o tráfego de veículos pelo morro. As casas, pelo tipo de ocupação que levou à formação do bairro, raramente possuem quintal com espaço suficiente para crianças brincarem, além de não haver, no Morro, espaço para a construção de algum equipamento que viesse a atender essa demanda.

Portanto, em relação à opções de lazer, com exceção do campo de futebol, ao qual os moradores não tem acesso livre, e dos eventos organizados pelo senhor Raimundo, não há outras possibilidades.

Moradora (50 anos): Não tem uma praça, não tem um lazer. Se você quiser, tem que ir pra outro bairro, Santo Antonio, na prainha. (...) Quando tem uma festa, é tudo na rua, tudo apertado. Só tem o espaço lá no campo (...). [o Femusquim] isso é famoso. Eu nem participo. Coisa de político, né. (...) tirando isso aí, acabou, morre o morro. (...) Pra quem gosta de boteco, tem bastante. (...) Diversão daqui é boteco. Pra quem gosta... (...) Se quiser coisa melhor, tem que sair do bairro (...)

Moradora (42 anos): Agora, o que falta aqui, é umas opções, entendeu? Pra você não ter que sair pra longe daqui pra você de repente fazer um lazer, pra você caminhar. Agora melhorou que abriu uma lanchonete aqui, porque antes se você quisesse um lanche, você tinha que descer pra Santo Antônio, entendeu?

Sobre o campo de futebol, que é uma referência marcante do Morro, pelo menos para a identificação da localização do bairro, as mulheres o vêem como algo sem muita utilidade.

Moradora (38 anos): Por que aqui em cima a gente tem o quê? Esse campo de futebol, que não serve pras crianças, que não serve pras mulheres. Só serve pros homens, né.

Moradora (53 anos): O campo que é um ponto assim mais de referência, assim, né, pra mim não faz muita diferença se ele continuar ou acabar. (...) As crianças brincam na rua porque esse campo fica praticamente trancado (...). Agora até que tem uma menina tomando conta. Não sei se é um dia ou dois por semana de tarde, que ela abre e as crianças brincam lá dentro (...), quer dizer uma área que é bom pras crianças brincar, as crianças ficam na rua.

É curioso na opinião das duas mulheres que, como não jogam futebol e estão mais preocupadas em lugares adequados para o lazer de seus filhos e netos, dessa forma rejeitam a tentativa do senhor Raimundo de valorizar a identidade do bairro a

partir de alguns elementos relacionados à história do bairro, a saber a fundação do Morro por migrantes vindos do Alagoas:

O Morro dos Alagoanos, você observe, ele tem uma história. Eu acho que é um dos poucos bairros de Vitória que tem uma história. Por exemplo, você vê, aqui nós temos o campo de futebol na parte mais alta do morro. Ele foi erguido, foi construído, pelos primeiros habitantes chamados os desbravadores aqui, aqueles 'cabra macho sim senhor' que vieram do estado do Alagoas, né, para o Espírito Santo, mais especificamente para Vitória e aqui vieram implantar um pouco da sua história, um pouquinho da sua história e fizeram aqui um campo de futebol. Nesse campo de futebol, eles mantiveram as cores azul e branco que é a cor do time CSA de Alagoas. Um dos mais tradicionais times do estado de Alagoas é o CSA. Então eles colocaram a cor azul e branco. Assim também como essa igreja católica [São Sebastião] que é aqui nas imediações também foi erguida por esse povo vindo do nordeste, o povo do estado do Alagoas.

É claro que o senhor Raimundo tem um discurso construído no sentido de estabelecer o que ele considera uma boa imagem do bairro junto à cidade, mas não há uma identificação de fato da população de uma forma geral com o time do bairro ou com a história do bairro, o que, para ele, estão entre os pontos fundamentais da vida no Morro.

O que se percebe, então, é que, apesar de tudo, a identificação maior dos moradores se dá através dos laços de amizade, com os vizinhos, relações estabelecidas, às vezes, desde a infância, pelo menos para os moradores que lá vivem há muito tempo, sempre ressaltando a importância de se conhecerem e de poder contar com a ajuda dos vizinhos a qualquer momento, colocando que, mesmo com os problemas existentes, um certo senso de comunidade ainda persiste.

Moradora (42 anos): Mas eu gosto de morar aqui. São muito vizinhos, é uma coisa gostosa a gente ter contato com vizinhos, de você todo dia contar uma história que aconteceu ou fazer negócio e dar porque você sabe que as pessoas com que você tem mais contato gostam e aí a gente gosta disso. Porque às vezes você tá solitário momentaneamente, que não tem as pessoas em casa, mas aí você sai na varanda e você vê os vizinhos e você dá 'bom dia' (...).

Moradora (76 anos): Acho bom [morar no Alagoano]. Moro aqui há 30 e tantos anos (...) Eu sou a velhinha mais beijada da rua. Me chamam de vó.

Moradora (53 anos): (...) eu não quero sair daqui não. Sabe porque? Aqui você já conhece os seus vizinhos. Sabe? Se eu saio e vou pra casa do meu pai [vive no interior do estado] que vou pra dormir e que a casa vai ficar sozinha, eu falo pra dona A*: "Dona A*, a casa tá fechada sozinha, qualquer coisa, a senhora dá uma olhadinha". Sabe? Então, assim, não sei se é porque eu vim e fiquei aqui, eu gosto daqui, sabe como?

Morador (55 anos): (...) Eu ao longo dos anos, eu soube filtrar, eu sei retirar o que eu quero da comunidade. Não sei se você tá entendendo. Então, aquilo que me interessa, que é comunidade, o pessoal tem a visão que o Alagoano é crack, maconha, cocaína, assaltos, roubos, mortes. Não é bem assim. Isso tem na Praia do Canto, na Ilha do Boi. (...) Tem uma vantagem que você não acredita. Eu largo o meu carro aberto aqui na rua e no outro dia ele tá do jeito que eu deixei.

Moradora (49 anos): Todo mundo, tudo quanto é bichinho [me conhece]. E quando eu passo é "Ei Balança, vai lá fazer um negócio pra mim". Que eles agora botaram meu apelido de Balança¹³. (...) Então, aqui minha filha, eu sou querida de todo mundo, todo mundo, como em Caratoíra, Alagoano, Morro do Quadro. (...) A maioria dos vizinhos, todos gostam de mim. Eu tenho amizade com todo mundo.

Todos esses moradores, com exceção da última, cujas falas estão acima citadas, em outros momentos da conversa chamaram a atenção para o fato do crescimento da violência no bairro nos últimos anos ter fragmentado de certa forma essas relações, pois, se quando crianças, os moradores mais velhos poderiam se aventurar livremente pelo Morro e, até mesmo, pela cidade sem correr grandes riscos, atualmente sequer é permitido que seus filhos e netos brinquem na rua de suas casas, principalmente se desacompanhados de um adulto, pois tudo mudou e já não são as mesmas famílias que ali vivem, outras vieram de outros lugares e, mesmo as que permaneceram, podem ter mudado seus hábitos, contribuindo também para o enfraquecimento dessas relações de vizinhança.

Portanto, percebe-se que a valorização desses laços de vizinhança na comunidade que forma o Morro dos Alagoanos não é a regra geral, ou porque não foram solidamente estabelecidos ou porque, em algumas circunstâncias, foram desfeitos ou enfraquecidos, o que é ilustrado nas falas das duas moradoras a seguir, vivendo há 17 e 46 anos, respectivamente, no Morro:

Moradora (38 anos): A vizinhança aqui, como eu te falei, é muito diferente de tudo o que eu já vivi. A gente aqui o contato é mínimo. As pessoas aqui falam muito pouco, se falam muito pouco. A minha convivência com eles é estritamente casual. Assim... é bem diferente de onde eu vim [Ela cresceu em uma cidade do interior do ES]. De onde eu vim realmente era uma família, se conheciam, se visitavam, freqüentavam um a casa do outro. Aqui não existe isso.

Moradora (53 anos): A vizinhança da rua, assim, a gente não tinha muito contato. Eu também. Eu trabalhava fora. Meus vizinhos, só os vizinhos encostado mesmo. Então, a gente não tinha muita convivência com o pessoal de fora. E o nosso ritmo de trabalho. Eu e meu marido também.

Independentemente do quanto estejam enfraquecidas essas relações que se estabelecem na comunidade, pode-se perceber que são dois os motivos principais invocados: primeiramente, o aumento da violência e, portanto, a quase necessidade

¹³ Ela participou do programa Balança Espírito Santo da TV Vitória para fazer reivindicações para o bairro.

imperiosa de se desconfiar de tudo e de todos, e, depois, as mudanças de estilo de vida das famílias, por conta de trabalho e de cuidado com os filhos. Nenhum entrevistado, quando salientou o aumento da violência no bairro associou esse fato ao do adensamento do Morro, mas apenas considerando que o que acontece no local onde moram apenas segue uma tendência geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Início minhas considerações finais colocando a dificuldade de desenvolver a pesquisa quando comecei a achar que minha postura como pesquisadora era uma postura egoísta, pois havia recebido financiamento público para realizá-la e isto, de certa forma, levou às questões éticas de sentir a responsabilidade de contribuir com as pessoas, de diminuir as dificuldades que elas demonstravam sentir a partir de uma rotina massacrante que ficou evidente nas suas falas, ou como diz CERTEAU (2005), já citado anteriormente, sobre a “fadiga da vida cotidiana”.

O curioso de se realizar uma pesquisa como esta é como iniciamos com uma série de idéias pré-estabelecidas que aos poucos vão se revelando sem utilidade e sem respaldo e, mesmo, impossíveis de serem desenvolvidas.

Na perspectiva do “fazer Geografia”, isso revela a evidência da perspectiva do lugar o qual só se permite ser “acessado” a partir do modo como ele se faz, ou seja, a partir das pessoas que o realizam por meio do que vivem no cotidiano.

Ao se inserir este trabalho na linha de pesquisa da qual ele faz parte neste Programa de Pós-Graduação em Geografia – Dinâmicas urbanas e rurais dos espaços e dos territórios – pode se revelar a questão daquilo que se espera como resultado.

Esta linha de pesquisa busca “no que diz respeito aos espaços e aos territórios urbanos, (...) o entendimento das mutações nos modos de vida e da constituição da sociedade urbana [tendo como propósito] o estudo das mudanças urbanas advindas das dinâmicas econômicas, das transformações sócio-culturais, populacionais e políticas e o reatamento destas na vida urbana cotidiana (...)”. Assim, não adianta tentar elucidar os fatos a partir de uma perspectiva única e fechada, mas sim considerar o poder do todo sobre as transformações do lugar.

Dessa maneira, surge uma pergunta: “O que seria o Morro dos Alagoanos?”

E não há uma resposta única. Há múltiplas relações que se estabelecem naquele e com aquele lugar, o que faz com que se estabeleçam várias formas de pensar, de ver e vivenciar o Morro.

Uma dessas formas de se pensar o Morro foi a que forneceu os primeiros elementos para o início deste projeto, que foi desenvolvido pensando na identidade e no imaginário criado em cima do Morro dos Alagoanos em razão do Femusquim, como se este e outros eventos que acontecem durante o ano no bairro fossem desenvolvidos a partir da comunidade.

É claro que o Femusquim é o principal elemento que identifica o bairro junto à cidade, bem como junto aos moradores. Durante os trabalhos de campo, a uma das questões que eu sempre propunha sobre elementos representativos do morro, a resposta era invariavelmente o Femusquim. Isso mesmo que eu tomasse cuidado para não determinar a resposta dos moradores, pois eu sempre perguntava por “elemento representativo” e não “coisa”, “evento” ou lugar, esperando conseguir respostas variadas.

Porém, conforme os trabalhos de campo foram sendo realizados, os objetivos deste trabalho também foram se modificando, pois além das dificuldades encontradas, de nada adiantaria discutir um tema que estivesse desconectado da realidade observada. Foi por esse motivo que as idéias, presentes no projeto inicialmente apresentado ao Programa de Pós-Graduação, foram aos poucos sendo alteradas, à medida que se constatou que não era o que os moradores que entrevistei queriam falar.

Isso não quer dizer que os moradores não valorizem os eventos realizados no Morro. Ao contrário, todos os entrevistados, sem exceção, mesmo os que não freqüentam ou não gostam da música que faz parte do Festival, disseram considerar o Femusquim um ponto positivo para o bairro, sobretudo para a imagem do bairro junto à sociedade, pois para eles, o evento possibilita esse contato com o Morro de pessoas de outros lugares que, de outra forma, talvez não realizassem uma visita ao local.

Para eles, esse fato ajuda inclusive a minorar outros aspectos negativos que não são tão ressaltados junto ao público, como, por exemplo, a questão da violência que, embora seja às vezes noticiada pela imprensa e os moradores afirmem vivenciá-la, mesmo que não atrapalhe as suas vidas, não é algo comumente associado ao Morro dos Alagoanos.

Ao mesmo tempo, ressalta-se que o Femusquim em si é um projeto levado a cabo pelo Senhor Raimundo, numa tentativa de se desenvolver uma vida cultural no Morro, mas não é uma manifestação desenvolvida a partir de laços comunitários.

Por exemplo, os músicos que se apresentam não são do Morro e isso não teria importância, mas, pelo contrário, poderia ser uma troca interessante, uma vez que esse intercâmbio poderia ter dado um *start* no desenvolvimento de grupos locais de samba e chorinho, mas isso não aconteceu, visto que não há grupos locais de samba e chorinho que sejam representativos do Morro dos Alagoanos.

Outra questão a ser considerada diz a respeito do pequeno comércio realizado durante o festival. Nem todos os trabalhadores são moradores do Morro, o que seria mais uma incongruência. Já que o Festival teria um caráter comunitário, seria uma oportunidade de trabalho para os moradores, porém isso não é fato e não é nem porque as oportunidades são negadas aos moradores. A prioridade para conseguir as barracas é para os moradores do Morro e só são abertas à moradores de outros lugares se sobrar oportunidades. Entretanto, não há interesse, de acordo com os organizadores, por parte dos moradores.

Esses são exemplos que me levaram a refutar as perspectivas iniciais para a pesquisa, ou seja, encontrar uma unidade identificadora do Morro a partir do Femusquim e da música.

Então, foi necessário saber ouvir o que os moradores queriam e tinham a dizer. Como o que eu buscava, em termos gerais, desde o início, era poder dar voz a eles, permitindo que, a partir de meu trabalho, eles pudessem se expressar e mostrar que, enquanto cidadãos, embora anônimos, também contribuem para a realização da cidade, aconteceu uma ruptura.

Pensando a propósito do trabalho de Paul Thompson em seu livro “A voz do passado”, é relevante considerar o que é importante a partir da perspectiva dos moradores.

Em seu livro, Thompson mostra que é importante reconhecer e valorizar o que os moradores querem dizer, pois se sempre partir de planos muito rígidos, há o risco de se perder aspectos interessantes, inicialmente não considerados, ainda mais dentro da perspectiva a que se propõe este trabalho que, finalmente, é buscar entender o Morro a partir do que pensam seus moradores.

E a maioria quer, sim, poder emitir as suas opiniões, embora, às vezes, com um pouco de timidez, como se não merecesse tanta honra de poder falar o que pensa sobre algo relativo à sua vida ou ao seu bairro. Portanto, muitas vezes o roteiro básico previamente preparado para nortear as entrevistas não funcionava.

Embora eu tenha buscado ao máximo levar em consideração o ponto de vista do morador, no final é o meu olhar forasteiro que acaba se sobressaindo ao escolher privilegiar este ou aquele tema ou fala para ser exposto. Por esse motivo que foram omitidos os nomes de todos os moradores entrevistados, com exceção do Senhor Raimundo de Oliveira, que é uma figura bem notável, bem como outras informações que possam identificá-los, para não expor as pessoas que gentilmente cederam seu tempo e me receberam em suas casas, para falar de suas vidas para uma pessoa completamente estranha a elas.

Durante um longo momento, vivi um embate ético entre os objetivos que eu havia traçado para o desenvolvimento do trabalho e o que verdadeiramente isso poderia redundar em algo concreto, pois, no campo, as pessoas questionavam porque eu estava fazendo tal trabalho e, em algumas situações, poucas é verdade, se permitiam ter esperanças de que eu pudesse fazer algo por elas, que pudesse resolver um pedacinho que seja da fadiga de suas vidas.

Por outro lado, verifiquei o mesmo padrão encontrado em CARLOS (2001) quando esta fala sobre o empobrecimento das relações sociais por conta da banalização do consumo.

Bem, no Morro dos Alagoanos pode-se observar a mesma coisa, sobretudo nas famílias de melhor poder aquisitivo. Embora elas ressaltem sempre que o bairro é um lugar bom e tranquilo, ainda assim todos apontam para o aumento da violência, o que seria por si só um demonstrativo desse enfraquecimento das relações sociais. ELIAS (2007), a propósito dos acontecimentos relacionados à violência, afirma que esses prevalecem na comunidade onde os mecanismos que promovem coesão social são menos evidentes.

Desdobram-se daí, as visões do Morro: um passado quase mítico e o presente “violento”.

Como já afirmei, a primeira idéia para o desenvolvimento deste trabalho foi buscar entender a relação dos moradores com o lugar em que vivem, tomando o

Femusquim como base de uma unidade. Porém, conforme os trabalhos de campo e as entrevistas foram sendo realizados, percebeu-se que os moradores do Morro têm outras questões mais urgentes e mais importantes para o cotidiano delas do que questões existenciais de apego e amor ao bairro, que estariam relacionadas ao festival.

Então, a idéia que foi se delineando com tempo para o desenvolvimento do trabalho teve que ser reconsiderada, levando em conta aquilo que é importante para os moradores e reforçando a proposta de dar voz a eles.

Por fim, embora eu não tivesse a pretensão de trazer para essa discussão a dificuldade de se fazer a Geografia do lugar, ficaram evidentes os obstáculos surgidos a partir da prática de se estabelecer recortes representativos do lugar, sem desconectá-lo do todo.

REFERÊNCIAS

- A GAZETA. **Comitê alerta para o risco de invasões de terra.** Vitória, 21 de novembro de 1993.
- ABREU, M. **Evolução urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Instituto de Urbanismo Pereira Passos, 2008.
- ANDREATTA, G. **Na lama prometida a redenção.** São Paulo: O Recado, 1987.
- ARANTES, O. B. F. **Urbanismo em Fim de Linha.** São Paulo: Edusp, 1998.
- BURGOS, M. B. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs). **Um século de favela.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006
- BUTTNER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org). **Perspectivas em Geografia.** São Paulo: Difel, 1982.
- CAMPOS, A. **Do Quilombo à Favela.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Labur Edições, 2007.
- _____. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo: Contexto, 2001.
- COELHO, M. B. S. **Gestão de Políticas Públicas com Inclusão Social no Âmbito da Prefeitura Municipal de Vitória.** Monografia. Curso de Pós-Graduação em Gestão Municipal de Políticas Públicas. Vitória: Instituto Saber & Cidadania e Faculdades Integradas de Vitória, 2005.
- COSTA, V. G.; NASCIMENTO, J.A.S. **O conceito de favelas e assemelhados sob o olhar do IBGE, das prefeituras do Brasil e da ONU.** In: Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, 2005.
- DAVIS, K. A Urbanização da Humanidade. In: **Cidades e a Urbanização da Humanidade.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- DAVIS, M. **Planeta Favela.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- ELIAS, N. E.; SCOTSON, J. L. **Logiques de l'exclusion.** Paris: Librairie Arthème Fayard, 1997.
- FENERICK, J. A. **Nem do morro nem da cidade: as transformações do samba e a indústria cultural (1920-1945).** São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.
- FERREIRA, G. A. C. **Vitória do Futuro, Vitória para Todos?: Uma análise dos "novos modelos de planejamento e gestão urbanos em Vitória/ES.** Dissertação

de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional/UFRGS. Porto Alegre, 2005.

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, p. 65-83, jul/dez, 2000.

FERREIRA, J. S. W. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: **Anais do Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização”**, UNESP Bauru e SESC Bauru, 21 a 26 de agosto de 2005. Disponível em <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/j_whitaker/propurbcred.doc> Acessado em junho de 2008.

FREMONT, A. **A Região, Espaço Vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

FONSECA, A. A. M. da. A Emergência do Lugar no Contexto da Globalização. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, Ano III, nº 5, p. 96-103, dez 2001.

GUMUCHIAN, H.; MAROIS, C.; FÈVRE, V. **Initiation à la recherche en Géographie**. Montréal: Les Presses de L'Université de Montréal, Anthropos: 2000.

HERKENHOFF, M. B. L. **Os movimentos de bairro e suas lideranças no contexto histórico do município de Vitória**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado em Fundamentos Evolutivos e Sociais do Comportamento. Vitória: UFES, 1994.

HUCHZERMEYER, M. **The global governance response to informal settlements – relieving or deepening marginalization?** Conferência de abertura do Congresso da UGI. Natal: UFRN, 2005. Disponível em <www.cchla.ufrn.br/igumeeting/>. Consultado em junho de 2008.

IBAM. **Urbanização de Assentamentos Informais e Regularização Fundiária na América Latina**. Foro Iberoamericano e do Caribe sobre Melhores Práticas - Série Aprendendo da Inovação. Rio de Janeiro, 2004.

JACQUES, P. B.. **Estética da ginga**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KASHIWAGI, H. M. **O Processo de Percepção e Apropriação do Espaço nas Comunidades Marginais Urbanas: o Caso da Favela do Parolin em Curitiba – PR**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004.

LEEDS, A.; LEEDS, E. **A Sociologia do Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LIMA JR, C. B. **Popularmente “Chiquinho”. A trajetória do governo Francisco Lacerda de Aguiar no Estado do Espírito Santo. 1955 a 1966**. Monografia de conclusão de curso. Departamento de História/UFES. Vitória, 1992.

MACHADO, S. N. **Assentamentos Humanos: Arranjos Informais**. Trabalho apresentado à disciplina “Fotografia” no curso de Artes Visuais – Centro de Artes/UFES. Vitória, 2009.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: Arantes, O. B. F.; Maricato, E.; Vainer, C. **A cidade do pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes, 2002.

MELLO, J. B. F. de. Valores em Geografia e o Dinamismo do Mundo Vivido na Obra de Anne Buttimer. **ESPAÇO E CULTURA**, UERJ, Rio de Janeiro, nº. 19-20, p. 33-39, Jan/dez, 2005.

MENDONÇA, E. M. S. Uma descrição cronológica do desenvolvimento urbano de Vitória. In: **Revista do Instituto Jones dos Santos Neves**, Ano IV, nº 2, abr-jun 1985.

MOSCARELLI, F. da C.; SATTLER, M. A.; FEDRIZZI, B. M.; SCHMITT, C. M. Análises de alternativas para qualificação de assentamentos precários em locais de fragilidade ambiental: aplicação da grounded theory. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 67-81, jan/mar, 2007.

OLIVEIRA, E. G.; LYRA; R. de M.; MOREIRA, G. X. Caracterização das Ocupações Desordenadas nos Municípios de Vitória e Vila Velha - ES: Um Estudo das Favelas e Loteamentos Irregulares. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, 2005.

OLIVEIRA JR, A. P. Dinâmicas e Representações de uma Cidade Segregada: São Pedro e Ilha do Frade no Contexto de Vitória. In **Anais do X SIMPURB** – Simpósio Brasileiro de Geografia Urbana. Florianópolis: UFSC, 2007.

PALACIOS, W. D. C. **A expansão dos espaços periféricos em Vitória durante o processo de urbanização na Primeira República (1889-1930)**. Dissertação de Mestrado em História. Vitória: UFES, 2006.

PAULA, Fernanda Cristina de. **Geografia de bairro: territórios vividos e experiência urbana no bairro Bosque, Campinas**. Monografia de conclusão de curso. Instituto de Geociências/Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

PERLMAN, J. E. **The Myth of Marginality Revisited: The Case of a Favela in Rio de Janeiro, 1969-2003**. World Bank, Washington, 2005. Disponível em: www.worldbank.org/urban.urscd/papers/perlman.pdf. Consultado em junho de 2008.

PICCOLO, F. D. A gramática nativa: reflexões sobre as categorias morro, rua, comunidade e favela. In: FRÚGOLI JR., H.; ANDADRE, L. T.; PEIXOTO, F. A. (Org.). **As cidades e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte: PUC MINAS/EDUSP, 2006

PINÇON, M; PINÇON-CHARLOT, M. Histoires de vie, espaces de vie. **L'Espace Géographique**, nº 2, p. 122-130. 1988.

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória. **Histórico dos Bairros**. Disponível em <www.vitoria.es.gov.br> Consultado em março de 2009

_____. Campo do Esporte Clube Alagoano sedia 10^o Femusquim. **Diário de Vitória**. Vitória, 14 de setembro de 2006. Disponível em <http://www.vitoria.es.gov.br/diario/2006/0915a/12_femusquim.asp> Consultado em 10 de fev. de 2008.

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória; Instituto Polis. **Revisão do Plano Diretor Urbano do Município de Vitória. Relatório da Leitura Técnica – Território**. Vitória, 2003.

ROLNIK, R. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país – avanços e desafios. In: **IPEA–Políticas sociais–acompanhamento e análise**, 2006. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_12/ensaio1_raquel.pdf> Consultado em junho de 2008.

SALOMÃO, J. F. **O outro lado do desenvolvimento: O bairro São Benedito (Vitória/ES) e os impactos urbanos da agroindústria de celulose**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CCJE/IPPUR, 2006.

SANTOS, C. N. F. dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Edusp, 2008 (a)

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2008. (b)

_____. **A natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2008 (c)

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo, Edusp, 2005.

SANTOS, R. O. dos. Periferização: Ensaio de Síntese da Produção Teórica Brasileira. In **Anais do X SIMPURB – Simpósio Brasileiro de Geografia Urbana**. UFSC: Florianópolis, 2007.

SIQUEIRA, M. P. S. Vitória além de seus limites. In: **Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, ano VII, nº 1, abr-jun 1995**.

_____. **Industrialização e empobrecimento urbano: O caso da Grande Vitória 1950-1980**. Vitória: EDUFES, 2001.

SOUZA, M. J. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política**. IBGE: Revista Brasileira de Geografia; vol 51/ano 2 – abril/junho de 1989.

UNFPA. **État de la Population Mondiale 2007: Libérer le Potentiel de la Croissance Urbaine**. New York, 2007. Disponível em <www.unfpa.org>, Página da web do Programa das Nações Unidas para a População. Acesso em 17 de outubro de 2007.

UN-HABITAT. **Slums of the World: The face of urban poverty in the new millennium?** Nairobi, 2003. Disponível em <www.unhabitat.org/guo> Página da web do The Global Urban Observatory do Programa das Nações Unidas para Habitação.

VALLADARES, L. **La favela d'un siècle à l'autre**. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2006.

_____. Produção da habitação popular na América Latina: avaliações e propostas para o século XXI. In **Fórum América Latina - Habitar 2000**. Faculdade de Arquitetura - UFBA e CONDER/SEPLANTEC – BA, Salvador, 2001

VASCONCELLOS, J. G. M. A construção dos imaginários de Vitória. In: ABREU, C; MARTINS, J. B.; VASCONCELLOS, J. G. M (orgs). **Vitória: trajetórias de uma cidade**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

ZANOTELLI, C. **La Croissance Périphérique de l'Agglomération de Vitória: Le Cas de São Pedro**. Universidade Paris X-Nanterre: 1992.

ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:

Sexo:

Idade:

Estado Civil:

Composição familiar/Posição na família:

Escolaridade:

Profissão/Profissão dos pais:

Local de trabalho:

Freqüenta alguma igreja?

Participa de movimento comunitário/associação de moradores?

Local de nascimento:

Se não nasceu no Morro, quando chegou ao local:

Locais onde já viveu antes de viver no Morro:

Motivo da vinda:

O que o Morro dos Alagoanos (e a cidade de Vitória) representa para você?

O que você pensa dos bairros vizinhos ao Morro dos Alagoanos?

Há algum motivo que o faria deixar de viver no Morro dos Alagoanos?

Quais os pontos positivos e os negativos de viver no Morro dos Alagoanos?

Como é a sua relação com os seus vizinhos?

Como era o Morro dos Alagoanos quando chegou aqui e como está hoje? Houve mudanças? Se sim, em que sentido?

O que você acha das festas/eventos (como o Femusquim, dia nacional do Choro, etc...) que acontecem no Morro?

O que você pensa sobre as pessoas que vêm ao Morro para participar das festas?

Qual lugar do morro, com exceção da sua própria casa, você gosta mais? Por quê? Poderia me levar até ele?

Qual lugar de Vitória, com exceção do Morro dos Alagoanos, você mais gosta? Por quê?

ANEXO 2 – CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS

Morador	Idade	Pessoas na casa	Condição da casa	Escolaridade	Trabalho	Profissão dos pais
1	62	3 (+ esposa e a filha adulta)	Casa boa, bem estruturada	Ensino Médio	Assessor de vereador	Pai: estivador; Mãe: funcionária pública
2	38	4 (esposa e casal de filhos pequenos)	Casa boa, bem estruturada	Superior	Comerciante	Pai: Marceneiro Mãe: professora
3	76	1	Casa boa, bem estruturada	Não freqüentou a escola	Aposentada, era empregada doméstica	Pais: agricultores
4	53	2 (marido)	Casa boa, bem estruturada	Ensino fundamental	Aposentada, era copeira	Pais: Lavradores
5	24	9 (marido, pais, irmãs, sobrinhos)	Casa boa, bem estruturada	Superior em andamento	Estagiária	Pai: inspetor naval Mãe: dona de casa
6	58	4 (marido, casal de filhos adultos)	Casa boa, bem estruturada	Superior	Professora	Pai: pedreiro Mãe: dona de casa
7	55	5 (esposa, 3 filhas adultas)	Casa boa, bem estruturada	Superior	Médico	Pai: ferroviário Mãe: dona de casa
8	53	4 (marido, 2 filhos adultos)	Casa boa, bem estruturada	Superior	Aposentada, técnico administrativo da Codesa	Pai: Pintor Mãe: Dona de casa
9		4 (Esposa + 2 filhos)	Não mora no Morro	Superior	Engenheiro	Pai: pedreiro Mãe: dona de casa
10	44	3 (mãe e irmão adulto)	Casa boa, bem estruturada	Ensino médio	artesã	Pai: “administrador” Codesa Mãe: Professora
11	59	5 (esposa, filha, genro e neto)	Entrevistado na rua	Ensino fundamental	Aposentado, era portuário	Pai: portuário Mãe: empregada doméstica
12	81	2 (filho adulto)	Casa boa – aparência externa	Ensino fundamental	Aposentada, dona de casa	Pai: ferreiro Mãe: dona de casa
13	45	4 (esposa, filha e neto)	Entrevistado na casa de outra moradora	Ensino fundamental	Motorista autônomo	Pai: vendedor autônomo Mãe: enfermeira
14	21	4 (pais e irmã)	Casa boa, bem estruturada	Superior em andamento	Estudante	Pai: comerciante Mãe: dona de casa
15	49	2 (marido)	Residência precária	Ensino fundamental	Empregada doméstica	Mãe: dona de casa Padrasto: ???
16	26	6 (5 filhos, entre 0 e 10 anos)	Entrevistada na creche	Ensino fundamental	Dona de casa	Não quis falar sobre os pais, apenas salientou que eram adotivos
17	24	4 (marido e 2 filhos)	Entrevistada na creche	Ensino fundamental	Vendedora ambulante	Mãe: auxiliar de limpeza Não conheceu o pai
18	30	3 (marido e o filho)	Entrevistada na creche	Ensino Médio	Dona de casa	Pai: topógrafo Mãe: dona de casa
19	36	3 (marido e filho)	Não mora no Morro	Ensino superior	Professora	

ANEXO 3 – AS POLIGONAIS DO PROJETO TERRA

POLIGONAL	ABRANGÊNCIA	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO
1	Consolação, Gurigica, São Benedito, Itararé, Bonfim e da Penha; comunidades de Jaburu, Constantino, Floresta e Engenharia.	8272	31223
2	São João, Cruzamento e Romão; comunidade Alto de Jucutuquara	2045	7672
3	Piedade, Fonte Grande, do Moscoso e Santa Clara; comunidade Capixaba	984	3625
4	Santa Helena; comunidade São José	358	1274
5	Jesus de Nazareth	821	3285
6	Ilha do Príncipe	771	2539
7	Ariovaldo Favalessa, do Quadro, do Cabral e Caratoíra; comunidade Alagoano	2801	10177
8	Santo Antônio, Inhanguetá e Bela Vista; comunidade Pedra do Bode	2048	7383
9	Comdusa e Santos Reis	448	1701
10	Conquista; comunidade Alto Resistência	604	2287
11	Joana d'Arc, Andorinhas e Santa Martha; comunidade Mangue Seco	1260	4492
12	Ilha das Caieiras	408	1553
13	Maria Ortiz	447	1548
14	Tabuazeiro; comunidade Morro do Macaco	1327	4785
15	Ilha de Santa Maria	253	847

Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2010. Disponível em:

<http://www.vitoria.es.gov.br/terra.php?pagina=quaissao>

Observação: Os dados são do Censo 2000.

ANEXO 4 – DADOS DE CRIMINALIDADE (2008, 2009 E 1º SEMESTRE DE 2010)

2008			
Bairros	Crimes contra o Patrimônio	Crimes de Entorpecentes	Homicídios
Alagoano	4	15	1
Caratoíra	27	10	2
Ariovaldo Favalessa	0	0	0
Vila Rubim	174	27	3
Santo Antonio	114	31	6
Vitória	5317	1151	172
2009			
Bairros	Crimes contra o Patrimônio	Crimes de Entorpecentes	Homicídios
Alagoano	2	23	3
Caratoíra	33	4	2
Ariovaldo Favalessa	0	0	0
Vila Rubim	182	27	2
Santo Antonio	132	18	6
Vitória	6331	1201	172
2010 (1º Semestre)			
Bairros	Crimes contra o Patrimônio	Crimes de Entorpecentes	Homicídios
Alagoano	0	11	0
Caratoíra	15	5	0
Ariovaldo Favalessa	1	1	0
Vila Rubim	95	23	3
Santo Antonio	56	6	3
Vitória	3026	545	84

Fonte: Ciodes. Organização: GPMV/SEMSU/PMV

ANEXO 5 – REGIÃO 2: BAIROS (LEI 6077/03) E COMUNIDADES

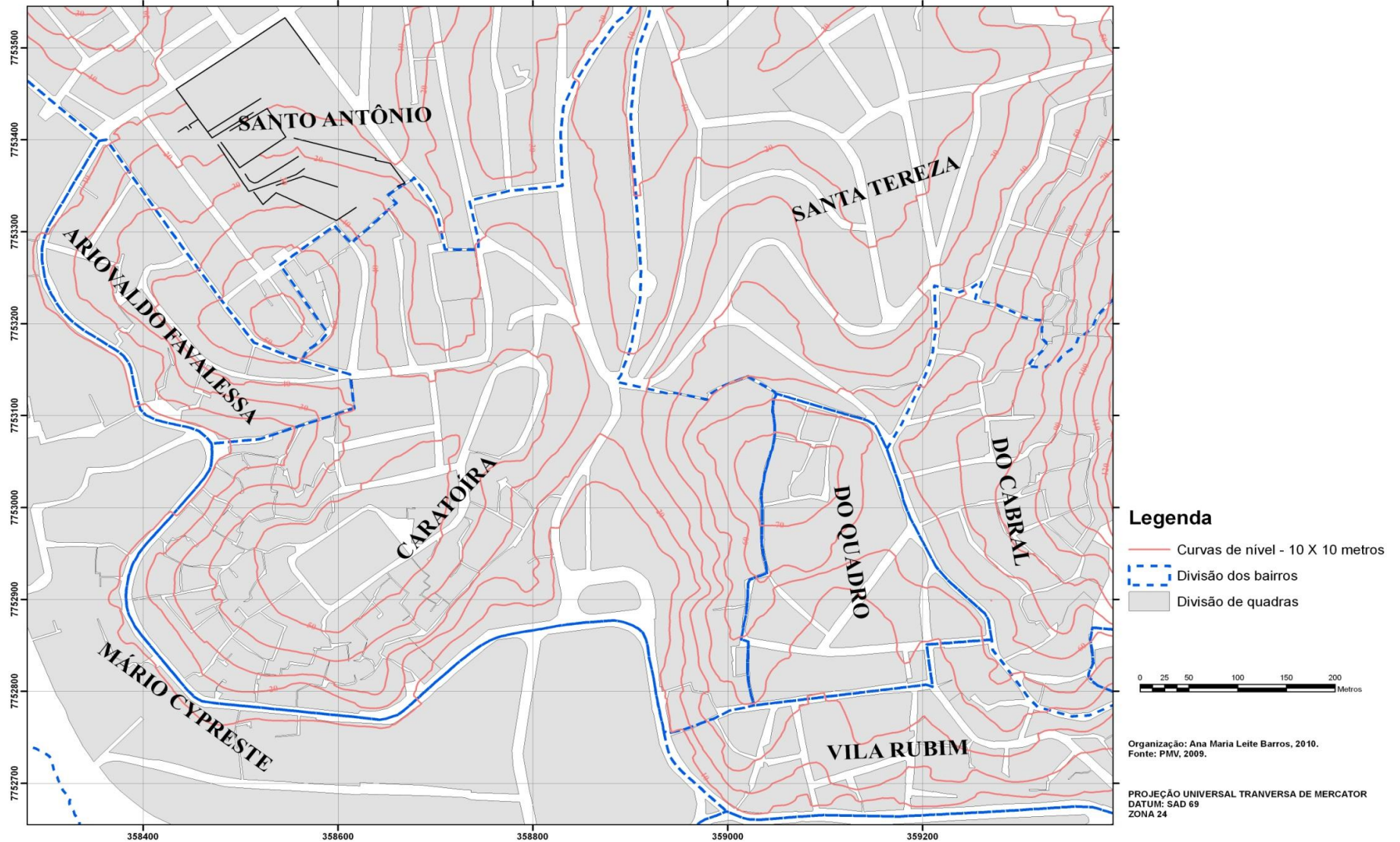
BAIROS	Comunidades Pertencentes e Denominações
Ariovaldo Favalessa	Alagoano, Morro do Alagoano
Bela Vista	Pedra do Bode, Aparecida (antiga denominação)
Caratoíra	Alto Caratoíra, Volta de Caratoíra
Do Cabral	Morro
Do Quadro	Morro
Estrelinha	
Grande Vitória	
Ilha do Príncipe	
Inhanguetá	
Mário Cypreste	
Santa Tereza	
Santo Antônio	Do Martelo, Do Pinto, Obras Pavonianas
Universitário	

Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória.

Disponível em: http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/bairro_comunidades.asp

ANEXO 6

MORRO DO ALAGOANO



ANEXO 6- MORRO DO ALAGOANO

